

1º SEMINÁRIO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FUMEC • 2003 • ANAIS

1º SEMINÁRIO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FUMEC



ANAIS



ANAI S

1º SEMINÁRIO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FUMEC

25 E 27 DE MARÇO DE 2003
BELO HORIZONTE • MINAS GERAIS





Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC

Rua Cobre, 200
B. Cruzeiro • BH/MG
Tel. (31) 3228-3010
Fax.: (31) 3228-3005
Site: www.fumec.br
E-mail: fundação@fumec.br

Conselho de Curadores

Conselheiros Efetivos

Prof. Eugênio Frederico Macedo Parizzi

PRESIDENTE

Prof. Luiz de Lacerda Júnior

VICE-PRESIDENTE

Prof. Antonio Pereira dos Santos

Prof. Marco Contigli

Profª. Maria Carmen Gomes Lopes

Prof. Olavo Leal Arnault

Centro Universitário Fumec

Rua Cobre, 200 - B.
Cruzeiro - BH/MG
Tel. (31) 3228-3020
Fax.: (31) 3228-3018
E-mail: centrouniv@fumec.br

REITORA

Profª. Divina S. Lara Vivas

VICE-REITORA

Profª. Rosália Moreira Cosenza

PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Prof. Heleno Antônio Pessoa

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Prof. Roberto Uchôa Costa

SETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Eduardo Martins de Lima

SETOR DE EXTENSÃO

Profª. Maria Helena de Oliveira Guimarães

SETOR DE REGISTRO E INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

Janet Míriam Lourenço

SETOR ADMINISTRATIVO

Márcio Valério Dias

COMISSÃO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA (CoPIC 2002/2003)

Prof. Eduardo Martins de Lima (coordenador)

Prof Osvaldo Manoel Correa

Profª. Romilda Rachel Soares Silva

Prof. Sérgio Augusto Chagas de Laia

Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica da FUMEC

(1:2003 : Belo Horizonte).

Anais.../ I Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica
da FUMEC, 25-26 de março de 2003 .

64 p.:il.

I. Pesquisa Científica- Congressos. I.Título,

CDU: 001.4

SUMÁRIO

Apresentação, **5**

O Programa de Pesquisa e Iniciação Científica
do Centro Universitário Fumec - ProPIC/2002, **9**

Iniciação científica: razões formativas, **26**
Pedro Demo

Resumo das Pesquisas • FACE

Projeto Veredas do Paraopeba, **49**
Profª. Cláudia Freitas Magalhães

Belo Horizonte:
diagnóstico, dimensionamento e
perspectivas de sua vocação turística, **52**
Prof. José Henrique da Silva Júnior

Roteiro histórico-turístico das esculturas em Belo Horizonte, **56**
Profª. Rita Lages Rodrigues

Resumo das Pesquisas • FCH

Minas Gerais:
Legislativo e Executivo na nova ordem constitucional, **61**
Prof. Eduardo Martins de Lima

Constitucionalização do Direito das Obrigações, **64**
Prof. César Augusto de Castro Fiuza

A arbitragem – a evolução do instituto no Brasil, **67**
Prof. Tiago Fantini Magalhães

Normas de informação no direito comercial/empresarial, **71**
Prof. Frederico de Andrade Gabrich

A constituição da cultura escolar em Minas Gerais:
Apropriação dos objetos escolares por
professores e alunos da escola primária, **74**
Prof. Irlen Antônio Gonçalves

Laço social e psicose:
estratégias para a clínica antimanicomial
no campo da assistência à saúde mental, **77**

Profª. Andréa Máris Campos Guerra

A doença mental e o crime:
incidências do ato, da palavra e da transferência, **80**

Prof. Sérgio Laia

Resumo das Pesquisas • FEA

Simulacrum:
Vazios urbanos institucionais atípicos rearrquitetados, **85**

Prof. Dr. Joel Campolina

Glossário crítico de elementos
da arquitetura de Belo Horizonte, **88**

Profª. Silke Kapp

O Ensino do Design e Estratégia, **91**

Prof. Dr. José Alberto Nemer Cognitivas

Resumo das Pesquisas • INTERDISCIPLINARES

Mensuração e gestão de qualidade
de serviços e satisfação de clientes, **97**

Prof. Cid Gonçalves Filho

Profª. Renata Souza Guerra

Cidades na cidade, **100**

Prof. Carlos M. Teixeira

Profª. Renata Marquez

Dicionário de termos artísticos e de design, **104**

Profª. Cristina Ávila

Prof. Eliseu de Rezende

Profª. Fernanda Loureiro

APRESENTAÇÃO

É moeda corrente a declaração de que, em geral, não haveria pesquisa no âmbito das Instituições de Ensino Superior privadas. Elas ficariam, então, restritas às salas de aulas, à mera repetição do conhecimento, enquanto que as Universidades públicas se encarregariam da investigação e da verdadeira produção de conhecimento. Sem dúvida, esse tipo de afirmação encontra ainda razões históricas, tradição em formação acadêmica e uma série de dados para justificá-la.

No entanto, com relação à realidade efetiva do que se tem produzido no Centro Universitário FUMEC, o nosso 1º *Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica* certamente demonstra que a investigação científica não só se encontra semeada entre nós, como também gera os seus primeiros frutos. Afinal, este Seminário é resultado do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica (ProPIC), implantado desde o final de 2001. Trata-se de um Programa que visa convocar, selecionar e fornecer meios para financiar projetos de pesquisas do nosso corpo docente com a significativa participação dos nossos alunos, através da Iniciação Científica. Entre os resultados da primeira fase do ProPIC, resumidos nestes Anais, encontraremos investigações relativas aos mais diversos campos do conhecimento: Administração, Arquitetura, Ciência Política, Design, Direito, Educação, Psicanálise, Psicologia Social e Turismo.

Em sua primeira fase, referente ao período de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003, o ProPIC recebeu, para analisar e selecionar 54 projetos de pesquisa e, graças a recursos gerados a partir das Unidades do Centro Universitário FUMEC e de

Bolsas obtidas junto à Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP), foi possível financiar efetivamente 15 desses Projetos. Apesar de, nessa primeira fase, só termos tido recursos para autorizar a realização de 15 projetos de pesquisa, destacaria que, entre os 54 projetos inscritos, 45 obtiveram, epistemicamente, pareceres favoráveis. Logo, esses dados permitem-nos afirmar que, antes mesmo do ProPIC existir, a pesquisa já se encontrava *potencialmente* entre nós: nosso Programa só tem feito despertar e aprimorar a vocação de muitos de nossos professores e alunos para as atividades de investigação; o ProPIC tem nos permitido dar uma *versão institucional* para muitos projetos que já vinham sendo realizados espontânea e contingencialmente.

Importante salientar que não é apenas internamente que se processa a decisão sobre o que será ou não financiado. O Centro Universitário FUMEC contrata pareceristas *ad-hoc* e externos a seu corpo docente para avaliar os projetos de pesquisa enviados ao ProPIC. Com isso, a interlocução se estende para além de nosso *campus* e são os pareceres recebidos pela Comissão de Pesquisa e Iniciação Científica (CoPIC) que lhe servem de referência para a definição do processo seletivo. Com o nosso 1º *Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica*, pretendemos aumentar ainda mais a difusão de nossa atividade de pesquisa, seja entre nossos professores e alunos, seja com a comunidade científica em geral e com o público que possa se interessar pelas temáticas investigadas.

A seriedade de nossos objetivos pôde já ser atestada também, num primeiro momento, pela entusiasmada receptividade com que os pareceristas externos ao Centro Universitário FUMEC atenderam às nossa solicitações de avaliação dos projetos. Essa seriedade é ainda diretamente constatada nas exposições propostas no 1º *Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica*, bem como na prontidão e na disponibilidade com que o Professor Pedro Demo aceitou nosso convite para proferir a conferência de abertura deste Seminário. Com a publicação destes Anais, pretendemos retratar, numa versão ao mesmo tempo breve e escrita, as atividades do primeiro evento de divulgação dos resultados referentes aos projetos aprovados pelo ProPIC e a ou-

trots também desenvolvidos entre 2002 e 2003. Certamente outras formas de divulgação desses resultados vão se processar, através da publicação de livros, artigos e/ou participação em outros eventos científicos.

Além dos resultados que já pudemos alcançar na primeira fase do ProPIC, nossos esforços, assim como aqueles de nossos professores e alunos, para consolidar a pesquisa e a iniciação científica no âmbito do Centro Universitário FUMEC foram recompensados por uma decisão da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Trata-se do reconhecimento da cientificidade exigida pelo ProPIC, na medida em que, no final do ano passado, a FAPEMIG – numa decisão inédita para o Centro Universitário FUMEC – se compromete em nos conceder, a partir de março de 2003, uma “quota institucional” de Bolsas de Iniciação Científica. Portanto, antes mesmo de divulgar, através do seu *1º Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica*, antes mesmo de publicar, nestes Anais, os primeiros resultados de suas pesquisas, o Centro Universitário FUMEC já tem motivos para comemorar, especialmente a partir dessa concessão determinada pela FAPEMIG, o excelente acolhimento do ProPIC no âmbito de nossa comunidade científica estadual e nacional.

Portanto, se a pesquisa, induzida e amparada institucionalmente, dá os seus primeiros passos entre nós, este percurso inicial já parece reservar-lhe um horizonte aberto para outras e futuras conquistas – essa é a nossa aposta, é a nossa direção. E sabemos que, agora mais do que nunca, não estamos sozinhos pois conquistamos, já na primeira fase do ProPIC, confiabilidade e parceria decisivas para o que se realiza a partir de nossos projetos.

Professora Divina S. Lara Vivas

Reitora do Centro Universitário FUMEC

O PROGRAMA DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FUMEC - ProPIC-2002

O que é o ProPIC

Consolidando diretrizes afirmadas no Plano de Ação Estratégico (PAEF/2001-2005) e graças ao trabalho da Equipe responsável pelo Projeto Pesquisa e Mestrado, o Centro Universitário FUMEC apresenta o seu Programa de Pesquisa e Iniciação Científica (*ProPIC-FUMEC*), importante passo para a formalização de uma política da produção científica entre nós, seja no âmbito docente, seja no âmbito discente. Trata-se, então, de possibilitar o reconhecimento oficial, a formação e/ou o redimensionamento de Núcleos ou de Projetos de Pesquisa. Trata-se, ainda, de constituirmos formalmente, pela articulação entre docentes capacitados e discentes com potencial, a Iniciação Científica entre nós. Trata-se, por fim, de integrar a produção científica com a Graduação e com as iniciativas de aprimoramento e criação de Programas na Extensão e na Pós-Graduação *lato e stricto sensu*. O espírito científico ganha, assim, uma sistematização ainda maior em nosso meio, o que não será sem conseqüências sobre o nosso compromisso quanto à articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Com o *ProPIC-FUMEC*, através do julgamento de Projetos e distribuição de Bolsas e/ou recursos para Pesquisas, estaremos, certamente, apoiando e depurando, de um modo sistemático, a vocação dos nossos professores e alunos para a investi-

gação; desenvolvendo o nosso potencial acadêmico; incorporando institucionalmente a prática da pesquisa em nossas Unidades. Tudo isso, portanto, tem valorizado ainda mais, junto à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, a nossa excelência como uma Instituição de Ensino Superior do país.

Reafirmamos, ainda, com o *ProPIC-FUMEC*, a própria história institucional de nossas Unidades, marcada pela reavaliação e o aprimoramento constante de seus projetos acadêmicos e pela fidelidade a um ensino de qualidade, crítico e capaz de enfrentar, vigorosamente, os desafios apresentados pela sociedade brasileira.

O que é Pesquisa

Trata-se de um processo de investigação orientada por um método, com o objetivo de levantar, explorar e analisar dados para criação, formalização e/ou renovação de áreas do conhecimento. Assim, a pesquisa científica, especialmente aquela que o Centro Universitário FUMEC visa promover, é parceira inseparável dos processos de mudança social e tecnológica: sua aplicação interfere, direta ou indiretamente, sobre o nosso mundo, transformando-o, gerando riquezas, estendendo o domínio do conhecimento, consolidando estratégias capazes de beneficiar a saúde e a qualidade de vida, permitindo, inclusive, que o pesquisador acadêmico possa se encontrar, de um modo pragmático e objetivo, com o mundo empresarial. Com a pesquisa científica, então, não só operamos mudança sobre nossos modos de pensar e de agir, como também disponibilizamos, para a sociedade, construções teóricas e produtos que pretendem beneficiá-la.

O que é Iniciação Científica

Trata-se de um dispositivo que viabiliza, aos universitários que estejam cursando a Graduação, uma introdução sistemática à atividade de pesquisa, sob orientação de professores qua-

lificados e com a concessão de Bolsas de financiamento aos pesquisadores. Assim, o aluno poderá desenvolver uma investigação relativa a seu campo de saber, fundamentada teórica e metodologicamente, complementando sua formação acadêmica com um processo em que o conhecimento, além de ser adquirido nas suas atividades letivas, passa a ser produzido, reavaliado, ou recriado. A Iniciação Científica permite, por conseguinte, a formação de uma nova mentalidade no âmbito da Graduação e que, ao se voltar para a criação e consolidação de Linhas de Pesquisas, não será sem conseqüências tanto para o aprimoramento do Ensino e da Extensão, quanto para o fortalecimento da Pós-graduação.

Objetivos

- Incentivar a produção científica e tecnológica no âmbito do Centro Universitário FUMEC, possibilitando sua difusão e intervenção junto à realidade brasileira e à comunidade científica nacional e internacional.
- Estimular o Corpo Docente do Centro Universitário FUMEC a implantar e/ou consolidar Linhas de Pesquisa e de Extensão.
- Aproveitamento da capacitação do corpo Docente do Centro Universitário FUMEC para o aprimoramento dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação e das atividades de Extensão, a partir do apoio institucional à execução de Projetos de Pesquisa que envolvam professores (Doutores, Mestres e/ou com perfil científico/tecnológico/cultural equivalente) e graduandos.
- Promover, interna e externamente, o intercâmbio científico/tecnológico de docentes e discentes do Centro Universitário FUMEC entre as Unidades que o constituem e com outras Instituições de Ensino e Pesquisa reconhecidas nacional e internacionalmente.
- Difundir a produção científica/tecnológica do Centro Universitário FUMEC através de publicação e/ou exposição em Congressos, Seminários, Conferências e eventos similares academicamente reconhecidos.
- Despertar, entre os estudantes da Graduação, a vocação

científica para a participação, elaboração e execução de Projetos de Pesquisa e Iniciação Científica orientados por professores qualificados, contribuindo para a formação de novos pesquisadores e consolidação de um espírito investigativo e/ou crítico.

- Estimular estudantes de graduação a realizar, sob orientação de professores qualificados, estudos e pesquisas que estejam associados às atividades de Extensão e ao aprimoramento do Ensino.

Modalidades de Projetos

Projeto Interdisciplinar de Pesquisa (PIP): caracteriza-se como projeto apresentado por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) professores do Centro Universitário FUMEC, de disciplinas diferentes ou, preferencialmente de áreas de conhecimento diferentes. Os professores devem ser Mestre(s), Doutor(es) e/ou apresentar perfil científico/tecnológico/cultural equivalente com a área de atuação do Projeto de Pesquisa. O *Coordenador do Projeto* deve possuir título Mestre e/ou Doutor com qualificação compatível para a área e/ou a temática relativa ao Projeto de Pesquisa.

Cada grupo de pesquisa poderá ter à sua disposição no mínimo, 2 (duas) e, no máximo, 3 (três) bolsas integrais de iniciação científica para uma dedicação de 20 horas semanais e, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) bolsas parciais de iniciação científica para uma dedicação de 10 horas semanais.

Além disso, cada grupo de pesquisa poderá contar com, no mínimo, 1 (uma) e, no máximo 3 (três), bolsas para professor-pesquisador, preferencialmente aos coordenadores das pesquisas, e alocadas segundo critérios técnicos e orçamentários.

Projeto de Pesquisa (PP): caracteriza-se por Projeto de Pesquisa apresentado individualmente por professor do Centro Universitário FUMEC que possua título de Mestre, Doutor e/ou perfil científico/tecnológico/cultural equivalente com a área e/ou a temática a ser investigada. Cada professor deverá solicitar, no mínimo 1 (uma) e, no máximo, 2 (duas) bolsas integrais de inici-

ação científica para uma dedicação de 20 horas semanais e, no mínimo, 2 (duas) e, no máximo, 4 (quatro) bolsas parciais de iniciação científica para uma dedicação de 10 horas semanais.

Além disso, é concedida 1 (uma) bolsa para professor-pesquisador por projeto.

Requisitos e Condições

Referentes ao professor-pesquisador:

- Ter vínculo empregatício com uma das Unidades do Centro Universitário FUMEC.

- Possuir o título de Mestre, Doutor e/ou perfil científico/tecnológico/cultural equivalente com a área e/ou a temática a ser investigada, no caso da modalidade Projeto de Pesquisa.

- Possuir o título de Mestre ou Doutor, com qualificação compatível para a área e/ou temática relativa ao projeto a ser desenvolvido, para o exercício de coordenador de equipe, no caso da modalidade Projeto Interdisciplinar de Pesquisa. Além disso, podem integrar a equipe os professores com título de mestre ou doutor ou com perfil científico equivalente (sejam graduados ou especialistas).

- Estabelecer o Plano de Trabalho a ser desenvolvido pelo aluno-bolsista durante a pesquisa, conforme as normas acadêmicas e científicas, bem como de acordo com o Manual do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica do Centro Universitário FUMEC e dos itens requeridos pelos Formulários desse Programa.

- Apresentar disponibilidade, compatível com a programação acadêmica da Unidade em que esteja empregado, para orientar o(s) Bolsista(s) nas diferentes etapas do trabalho científico/tecnológico/cultural, no que se refere tanto à execução do Projeto de Pesquisa propriamente dito, quanto à elaboração de relatórios, textos e/ou material para publicação e/ou apresentação de resultados em Congressos Seminários e demais eventos similares.

- Apresentar relatório trimestral e final detalhado das atividades desenvolvidas e/ou dos resultados obtidos ao longo da

Pesquisa.

- Comprometer-se a apresentar os resultados parciais e/ou finais da pesquisa em Seminários e/ou Congressos de Pesquisa/Iniciação Científica promovidos pelo Centro Universitário FUMEC e/ou por outras instituições docentes ou de pesquisa. Por ocasião de tais apresentações e/ou da publicação de qualquer material relativo ao Projeto de Pesquisa, o professor/orientador deverá mencionar nominalmente seus Bolsistas e a(s) Instituição(ões) responsável(eis) pelo Financiamento e/ou Apoio do Projeto de Pesquisa.

- Apresentar, dentro dos prazos estabelecidos pelo Centro Universitário FUMEC os Documentos Indispensáveis para a Apresentação de Projeto de Pesquisa e Iniciação Científica e Solicitação de Bolsa.

Referentes ao aluno-bolsista de iniciação científica:

- Estar regularmente matriculado em um dos Cursos de Graduação do Centro Universitário FUMEC. O curso deve ser compatível com a área visada pelo Projeto de Pesquisa ou Projeto Interdisciplinar de Pesquisa apresentado e o rendimento acadêmico do aluno, sobretudo no que concerne às disciplinas relacionadas direta ou indiretamente com o Projeto, tem que ser igual ou superior a 70%.

- Quando da inscrição, o aluno deve estar cursando disciplinas, no mínimo, do segundo e, no máximo, do antepenúltimo período.

- Apresentar, dentro dos prazos estabelecidos pelo Centro Universitário FUMEC os Documentos Indispensáveis para a Concessão de Bolsa de Iniciação Científica.

- Durante o desenvolvimento do projeto, o aluno-bolsista deve ter disponibilidade de 10 ou 20 horas semanais (de acordo com o previsto no Projeto), em horário diferente daquele em que está matriculado, para dedicar-se ao programa e não poderá possuir contrato de estágio ou monitoria no Centro Universitário FUMEC ou bolsa de iniciação científica de outra agência de fomento à pesquisa. Seguir o plano de atividades estabelecido e aprovado pelo Orientador da Pesquisa.

- Não ser, no período de vigência da Bolsa, reprovado em

qualquer disciplina que esteja cursando no Centro Universitário FUMEC.

- Apresentar, trimestralmente, durante o período de realização da pesquisa, um Relatório detalhado das atividades desenvolvidas e/ou dos resultados obtidos.

- Comprometer-se a apresentar os resultados parciais e/ou finais da pesquisa em Seminários e/ou Congressos de Pesquisa/Iniciação Científica promovidos pelo Centro Universitário FUMEC e/ou por outras instituições docentes ou de pesquisa. Por ocasião de tais apresentações e/ou da publicação de qualquer material relativo ao Projeto de Pesquisa, o aluno deverá mencionar nominalmente o orientador do Projeto e a(s) Instituição(ões) responsável(eis) pelo Financiamento e/ou Apoio da Pesquisa.

A Comissão de Pesquisa e Iniciação Científica (CoPIC)

Formada por professores do Centro Universitário FUMEC a CoPIC tem como atribuições:

- Estabelecer os critérios para a análise e seleção dos projetos de pesquisa propostos ao Programa de Pesquisa e Iniciação Científica (ProPIC);

- analisar, selecionar e aprovar os projetos de pesquisa do ProPIC;

- definir e convidar consultores *ad hoc*;

- divulgar os resultados do ProPIC;

- promover eventos acadêmico-científicos e produzir publicações para a divulgação dos resultados das pesquisas aprovadas e desenvolvidas no âmbito do centro Universitário.

ProPIC 2002/2003

Quadro 1
PROJETOS APRESENTADOS POR UNIDADE

	Unidade	FACE	FCH	FEA	TOTAL
Projetos de Pesquisa	05	23	14	42	
Projetos Interdisciplinares de Pesquisa	03	03	06	12	
TOTAL	08	26	20	54	

ProPIC 2002/2003

Quadro 2
**PROJETOS DE PESQUISA COM PARECER FAVORÁVEL,
NÃO FAVORÁVEL E TOTAL POR UNIDADE**

	Unidade	FACE	FCH	FEA	TOTAL
Projetos com Parecer Favorável	03	20	13	36	
Projetos com Parecer Favorável e Financiados	03	06	04 *	13	
Projetos com Parecer Não Favorável	02	03	01	06	
Total de Projetos de Pesquisa	05	23	14	42	

(*) Um desses projetos não foi executado.

ProPIC 2002/2003

Quadro 3**PROJETOS INTERDISCIPLINARES DE PESQUISA COM PARECER FAVORÁVEL, NÃO FAVORÁVEL, INSCRIÇÃO INDEFERIDA E TOTAL POR UNIDADE**

	Unidade	FACE	FCH	FEA	TOTAL
Projetos com Parecer Favorável		02	02	05	09
Projetos com Parecer Favorável e Financiados		01	-	02	03
Projetos com Parecer Não Favorável		01	01	-	02
Projeto com Inscrição Indeferida		-	-	01	01
Total de Projetos Interdisciplinares de Pesquisa Apresentados		03	03	06	12

ProPIC – 2002/2003

Quadro 4
PROJETOS DE PESQUISA APROVADOS COM O
FINANCIAMENTO POR FACULDADE

Identificação do Projeto	Coordenador do Projeto	Qualificação do Professor Pesquisador	Curso de Origem	Bolsistas de Iniciação Científica
FACE				
Projeto Veredas do Paraopeba	Claudia Freitas Magalhães	Mestre	Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Gustavo Batista Ribeiro • Cláudio Herbert Gomes Novato • Henrique Campolina de O. Lopes • Marcos Carvalho de Miranda Júnior
Roteiro histórico-turístico das esculturas em Belo Horizonte	Rita Lages Rodrigues	Mestre	Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Breno Alvarenga Nunes
Belo Horizonte: diagnósticos, dimensionamento e perspectiva de sua vocação turística	José Henrique da Silva Júnior	Mestre	Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Cintia Maria Castro da Costa • Carolina Lopes Machado • Priscila Bartolomeu Neves • Maria Regina F. de Lima Cavalcanti

Identificação do Projeto	Coordenador do Projeto	Qualificação do Professor Pesquisador	Curso de Origem	Bolsistas de Iniciação Científica
FCH				
Constitucionalização do direito das obrigações	César Augusto de Castro Fiuza	Doutor	Direito	• Emanuel Adilson Gomes Marques
Minas Gerais: Legislativo e Executivo na nova ordem constitucional	Eduardo Martins de Lima	Doutor	Comunicação Social	• Maisa Barbosa de Moraes • Rafaela Cristiane Pereira Araújo
A doença mental e o crime: incidência do ato, da palavra e da transferência	Sérgio Augusto Chagas de Laia	Doutor	Psicologia	• Flávia Cristina Soares • Carolina Franca Richard Carvalhaes • Andreza Lagares Ribeiro • Fernanda Steinmetz Almeida
A construção da cultura escolar em Minas Gerais: apropriação dos objetos escolares por professores e alunos da escola primária	Irlen Antônio Gonçalves	Mestre	Pedagogia	• Angela Nancy Martini Barbosa
Normas de informação no direito comercial/empresarial	Frederico de Andrade Gabrich	Mestre	Direito	• Cristiano Monteiro Parreira
Laço social e psicose: estratégia para a clínica anti-manicomial no campo da assistência à Saúde Mental	Andréa Máris Campos Guerra	Mestre	Psicologia	• Thiago Pinto Corrêa Sarkis • Carlos André Moreira da Silva

Identificação do Projeto	Coordenador do Projeto	Qualificação do Professor Pesquisador	Curso de Origem	Bolsistas de Iniciação Científica
FEA				
O ensino do Design e estratégias cognitivas	José Alberto Nemer	Doutor	Design	• Mariana Lessa Ladeira
Glossário Crítico de Elementos da Arquitetura de Belo Horizonte	Silke Kapp	Doutor	Arquitetura e Urbanismo	• Rafael Zaramela Lopes • Fábio Guimarães Silveira
Simulacrum: vazios urbanos institucionais atípicos rearquitetados	Joel Campolina	Doutor	Arquitetura e Urbanismo	• Ricardo Ferreira da Costa Ramos • Carina Andrade de Macedo

ProPIC 2002/2003

Quadro 5**PROJETOS INTERDISCIPLINARES
APROVADOS COM O FINANCIAMENTO**

Identificação do Projeto	Coordenador do Projeto	Qualificação do Professor Pesquisador	Curso de Origem	Bolsistas de Iniciação Científica
FACE • FCH • FEA				
Dicionário de termos artísticos e Design	Cristina Corrêa, de Araújo Ávila	Doutor	Design	<ul style="list-style-type: none"> • Valéria Chistina P. Costa Bouzada • Flávia Pentagna Guimarães Costa • Eliane de Ávila Rajão • Elizabeth Maria de Alvarenga Aguiar
	Eliseu Rezende Santos	Especialista	Design	
	Maria Fernanda Ferreira Loureiro	Mestre	Design	
Cidades na cidade: interface possível	Carlos Moreira Teixeira	Mestre	Arquitetura e Urbanismo	<ul style="list-style-type: none"> • Lisiane Ferreira de Mello • Felipe Bastos Barros • Mariana Felicetti Rezende • Elenir Tavares Pereira • Brana Carvalhaes
	Renata Moreira Marquez	Mestre	Arquitetura e Urbanismo	
Mensuração e Gestão da qualidade de serviço e satisfação de cliente	Cid Gonçalves Filho	Doutor	Administração/STPD	<ul style="list-style-type: none"> • Willian Tadeu Rodrigues • Diogo de Azevedo Rocha • Rafael de Souza Cezar • Lucas Beraldo Soares
	Renata de Souza Guerra	Mestre	Administração	
	Antônio Sérgio de Souza	Doutor	Administração	

ProPIC 2002/2003

Quadro 6**PROFESSORES ENVOLVIDOS EM PROJETOS DE PESQUISA DE ACORDO COM A TITULAÇÃO E CONCESSÃO DE BOLSA**

PROFESSOR	TITULAÇÃO		BOLSISTA	TOTAL
	Mestre	Doutor		
FACE				
Rita Lages Rodrigues	X		X	
José Henrique da Silva Júnior	X		X	
Cláudia Freitas Magalhães	X		X	
SUB-TOTAL	03	00	03	03
FCH				
Irlen Antônio Gonçalves	X		X	
César Augusto de Castro Fiuza		X	X	
Frederico de Andrade Gabrich	X		X	
Andréa Máris Campos Guerra	X		X	
Eduardo Martins de Lima		X	X	
Sérgio Augusto Chagas de Laia		X		
SUB-TOTAL	03	03	05	06
FEA				
José Alberto Nemer		X	X	
Joel Campolina		X	X	
Silke Kapp		X	X	
SUB-TOTAL	00	03	03	03
TOTAL	06	06	11	12

ProPIC 2002/2003

Quadro 7**PROFESSORES ENVOLVIDOS EM PROJETOS INTERDISCIPLINARES DE PESQUISA DE ACORDO COM A TITULAÇÃO E CONCESSÃO DE BOLSA**

PROFESSOR	TITULAÇÃO		BOLSISTA	TOTAL
	Mestre	Doutor		
FACE				
Antônio Sérgio de Souza		X		
Cid Gonçalves Filho		X	X	
Renata de Souza Guerra	X		X	
SUB-TOTAL	01	02	02	02
FEA				
Carlos Moreira Teixeira	X		X	
Renata Moreira Marquez	X		X	
Cristina Corrêa Araújo Ávila	X		X	
Eliseu de Rezende Santos				
Maria Fernanda Ferreira Loureiro	X		X	
SUB-TOTAL	04	00	04	05
TOTAL	05	01	06	06

ProPIC 2002/2003

Quadro 8**PROFESSORES ENVOLVIDOS EM PROJETOS INTERDISCIPLINARES DE PESQUISA DE ACORDO COM A TITULAÇÃO E CONCESSÃO DE BOLSA**

Unidade	FACE	FCH	FEA	TOTAL
Mestre	04	03	04	11
Doutor	01	03	03	07
TOTAL	05	06	07	18



INICIAÇÃO CIENTÍFICA
RAZÕES FORMATIVAS

.....

PEDRO DEMO

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Razões formativas

Pedro Demo

UnB

Fomentar a pesquisa entre estudantes de graduação foi uma das melhores idéias do CNPq, através do programa de iniciação científica que leva a sigla PIBIC. Em países onde os alunos naturalmente precisam pesquisar, porque faz parte intrínseca de seu aprender, esta idéia poderia parecer esdrúxula. Mas, tomando-se em conta nossa precariedade acadêmica histórica, a idéia tem de importante sair da rotina das aulas repetitivas e da tutela de professores que apenas reproduzem conhecimento de segunda mão. Entre os programas oficiais oferecidos às universidades ultimamente conta-se, sem dúvida, o de iniciação científica, por causa de seu teor formativo eminente e multiplicidade de efeitos colaterais de grande significação. À primeira vista, pareceria estranha a idéia de subvencionar a pesquisa entre alunos, se olhássemos pelo ponto de vista, segundo o qual aprende-se pesquisando. Nesta perspectiva, se o aluno não pesquisa, estaria fazendo o que? Assistindo aula, seria a resposta mais óbvia. Aí aparece a diferença entre o aluno que apenas assiste aula, e outro que, a par disso, pesquisa. Este poderia estar aprendendo de modo autêntico, enquanto aquele tenderia a submeter-se a procedimentos reprodutivos apenas.

Ademais, entre os efeitos colaterais mais importantes, emerge sempre o fenômeno da orientação por parte dos professores, colocando-os à prova, por vezes de modo definitivo. Seria de esperar que todo professor fosse capaz de orientar uma pes-

quisa, sobretudo uma pesquisa inicial de alunos de graduação. Entretanto, isto nem sempre é o caso, reacendendo o mesmo desafio anterior e marcando a diferença entre um professor que apenas dá aula, mas não maneja conhecimento com autonomia, e outro que sabe reconstruir conhecimento. A iniciação científica (IC) é voltada para o aluno, mas “explode” no professor antes de mais nada.

Neste trabalho busco discutir o caráter formativo da IC, destacando sua função relevante de redefinição da postura do aluno e do professor nos cursos superiores.

Traços centrais da aprendizagem

Concedendo, desde logo, ser assunto extremamente polêmico, a aprendizagem recebeu, sobretudo desde *Piaget*, contribuição sem precedentes de estilo interdisciplinar e com tendência nitidamente reconstrutiva. É mais conhecida a terminologia da “construção do conhecimento”, por conta do assim dito “construtivismo” piagetiano. Não a adoto aqui, apenas para não insinuar que a aprendizagem reconstrutiva só poderia ser feita através das idéias de *Piaget* e também para contornar tendência excessivamente rigorosa ou menos hermenêutica, a saber: normalmente reconstruímos conhecimento, pois partimos do que já conhecemos, aprendemos do que está disponível na cultura; a construção do conhecimento também pode ocorrer, mas é passo de originalidade acentuada, dificilmente aplicável ao dia-a-dia.

Entendo por aprendizagem reconstrutiva aquela marcada pela relação de sujeitos e que tem como fulcro principal o desafio de aprender, mais do que de ensinar, com a presença do professor na condição de orientador “maiêutico”. Tem como contexto central a formação da competência humana, de cunho político, certamente instrumentada tecnicamente, mas efetivada pela idéia central de formar sujeitos capazes de história própria, individual e coletiva. Assim, quando se vincula este tipo de

aprendizagem com o saber pensar e o aprender a aprender, a diferença substancial frente às idéias escolanovistas ou da assim chamada qualidade total está em que o propósito ético-político se constitui na razão de ser do processo, permanecendo o manejo do conhecimento e a referência ao mercado como meio. Ou seja, a qualidade política prevalece sobre a qualidade formal, ainda que uma não substitua nem se desfaça na outra. Ao mesmo tempo, a presença do professor é considerada componente intrínseco da aprendizagem, por ser esta uma habilidade humana e social, não eletrônica ou apenas técnica¹.

Por outra, o desafio da aprendizagem reconstrutiva se alimenta igualmente de certas linhas de pensamento do conhecimento pós-moderno, sobretudo frente à problemática da incerteza, da complexidade do real e da interdisciplinaridade². Ao contrário do ensino, que se esforça por repassar certezas e que são reconfirmadas na prova, a aprendizagem busca a necessária flexibilidade diante de uma realidade apenas relativamente formalizável, valorizando o contexto do erro e da dúvida. Pois quem não erra, nem duvida, não pode aprender. Pode estranhar, mas esta visão mais dinâmica do processo de aprender encontra hoje fundamentos mais explícitos nas áreas das ciências naturais, do que na pedagogia ou nas ciências ditas humanas. Combate-se a propensão instrucionista da pedagogia atual, fixada no treinamento de fora para dentro e marcada pela idéia de ensino³. Essas teorias reforçam a aprendizagem como processo de formação da competência humana política, mais do que apenas o substrato técnico-instrumental. São menos teorias de como ensinar, do que de como aprender. Chama muito a atenção a convergência formidável das várias teorias, sobretudo daquelas com origem fora das ditas ciências sociais e hu-

1 DEMO, P. Questões para a teleeducação. Petrópolis: Vozes, 1998 - veja capítulo sobre aprendizagem. DEMO, P. Educar pela pesquisa. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

2 DEMO, P. Certeza da incerteza: ambivalências do conhecimento e da vida. Brasília: Editora Plano, 2000.

3 Veja interessante argumentação contra a "instrução" feita por Maturana, com fundamento biológico: MAGRO, C. et alii (Org.). Humberto Maturana: a ontologia da realidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

manas, além de sua tendência interdisciplinar.

1. Começando pela filosofia, é conhecida a proposta de *Kohlberg*, aproveitada por *Habermas* e *Apel*, em torno do desenvolvimento das noções de moral na criança e no adolescente, tendo como base o construtivismo piagetiano; tem de interessante o reconhecimento de que moral se aprende e permite trabalhar a idéia de ética histórica e política⁴. Afasta-se a pretensão de "incutir" a moral nas pessoas, como algo que venha de fora para dentro, sob o signo da autoridade, privilegiando no aluno o senso pela obediência. Trabalha-se muito mais o conceito de responsabilidade, que é a capacidade de responder pelos seus atos em contexto histórico e social. Pode correr o risco de apelar para bases transcendentais da moral, válidas para toda sociedade e todo tempo, contando mais com estruturas dadas do que com a construção histórica, como seria o caso da teoria da justiça de *Rawls*, por exemplo⁵.

2. Passando para a psicologia: a contribuição mais importante ainda é a de *Piaget*, tendencialmente cognitivista⁶, no sentido de dar importância maior ao lado cognitivo da mente humana, certamente mais do que, por exemplo, ao lado emocional; encontrou eco nas propostas de *Maturana* e *Varella*, bem como de *Capra*, que tendem a coincidir vida com cognição⁷, dentro de uma visão de "auto-regulação"; o construtivismo estabelece o processo de aprendizagem como o desenvolvimento permanente e cada vez mais elevado da capacidade de ela-

4 HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986. APEL, K.-O. *Diskurs und Verantwortung: das problem des Übergangs zur postkonventionellen moral*. Frankfurt: Suhrkamp, 1988. APEL, K.-O. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994. Veja também FREITAG, B. (Org.). *Piaget: 100 Anos*. São Paulo: Cortez, 1997. (sobretudo textos de *Kesselring* e *Freitag*).

5 RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

6 Existe atualmente também a objeção baseada na descoberta de que a capacidade perceptiva da criança seria bem mais ampla do que *Piaget* imaginava. "A percepção depende da detecção das propriedades fixas e variáveis do ambiente, mais do que da sua construção por intermédio da ação" (BUTTERWORTH, G. *Inteligência infantil*. In: J. Khalfa (Org.). *A natureza da inteligência*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p.61). Daí não segue que as crianças sejam "meros receptores passivos dos estímulos visuais" (p. 62), mas "as relações entre os sentidos são mais desenvolvidas do que a explicação de *Piaget* assumiu" (p. 64).

7 Veja principalmente recepção de *Capra* da teoria de *Maturana* e *Varella*: CAPRA, F. *A teia da vida*, op. cit., 1997.

boração própria⁸, sem incidir necessariamente no evolucionismo teleológico, e orientado para a criatividade (fenômeno da equilíbrio); em termos estruturais, tem-se dedicado a descobrir as condições gerais e invariantes do conhecimento humano, o que, quando mal entendido, leva à acusação de estruturalismo excessivo⁹.

3. Na psicanálise: na esteira de *Freud*, é possível ressaltar a importância para a aprendizagem da relação afetiva e emocional, com reflexo decisivo para a auto-estima do aluno e para uma forma de autonomia emancipada; pode servir de equilíbrio de tendências por vezes excessivamente cognitivistas ou que apreciam apenas tipos lógico-formais de inteligência¹⁰. Entre as várias vertentes, pode-se chamar a atenção para o grupo de "psicoterapeutas construtivistas", que buscam desenhar os processos de tratamento como similares a processos de aprendizagem de estilo reconstrutivo¹¹.

4. Na psico-sociologia: a vertente principal é o interacionismo de *Vygotsky*, que realça o papel do contexto social da aprendizagem, o que pode, de um lado, diminuir a tendência cognitivista, e, de outro, valorizar a ambiência humana, contribuindo para entender a aprendizagem como competência humana, mais do que somente competência formal; ao mesmo tempo, esta visão abre campo mais facilmente para valorizar os contextos culturais e históricos, inclusive a relação lúdica¹². No Brasil, esta postura vem geralmente escudada também na

8 GROSSI, E.P.; BORDIN, J. (Org.). Construtivismo pós-piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1993. GOULART, I.B. Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor. Petrópolis: Vozes, 1996. KAMI, I. C.; DECLARK, G. Reinventando a aritmética: implicações da teoria de *Piaget*. Campinas: Papirus, 1992. KESSELRING, T. *Jean Piaget*. Petrópolis: Vozes, 1993.

9 Veja FREITAG, B. *Piaget: 100 Anos*, op. cit., sobretudo texto de *Ramozzi-Chiarotino*; quanto à acusação de "desenvolvimentismo", veja texto de *Esther Grossi*. 10 BARALDI, C. Aprender: a aventura de suportar o equívoco. Petrópolis: Vozes, 1994. LAJONQUIÈRE, L. De Piaget a Freud: a (psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber. Petrópolis: Vozes, 1993.

11 NEIMEYER, R.A.; MAHONEY, M.J. (Org.). Construtivismo em psicoterapia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

12 VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989. VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989. CASTORINA, J.A et alii. PIAGET & VYGOTSKY: novas contribuições para o debate. São Paulo: Editora Ática, 1997.

obra de *Gramsci*, cujo marxismo complementa o de *Vygotsky*, podendo-se fazer dos dois uma síntese inspiradora, desde que não restrita a modismo.

5. Na biologia: detém grande força ainda a visão de *Maturana* e *Varela*, com base no conceito de "autopoiesis", para expressar a idéia de autoformação¹³, válida para qualquer ser vivo, não só para seres humanos; *primeiro*, o vivo não é uma substância, mas um modo de se organizar (auto-organização); *segundo*, todo ser vivo é um sistema fechado, correspondendo isto à sua individualidade e à marca de sistema autodeterminado; *terceiro*, é dotado da capacidade de reagir construtivamente diante dos estímulos externos, de tal sorte que faz, dentro de seu âmbito, história própria; ao contrário da teoria do reflexo condicionado de *Pavlov* (típica proposta de ensino domesticador), ressalta-se também a criatividade que caracteriza a vida sob todas suas formas, o que levaria a retocar a teoria da evolução das espécies de *Darwin*, no que tem de apreço excessivo pelo acaso, já que a sobrevivência estaria mais ligada à capacidade de aprender, do que a circunstâncias fortuitas¹⁴. Combate expressamente as teorias instrucionistas.

6. Na física pós-moderna: é ainda mais surpreendente o reconhecimento de que o conceito de vida deveria incluir também a matéria, cabendo a esta igualmente predicados sempre reservados apenas aos seres humanos, como criatividade, conquista de espaços, capacidade reconstrutiva, etc.; colocando em xeque a matemática linear e a visão positivista da realidade, *Prigogine* encontra um isomorfismo nos seres maior do que se

13 MAGRO, C. et alii (Org.). Humberto Maturana: a ontologia da realidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997. MATURANA R., H. Da biologia à psicologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. MATURANA, H.; VARELA, F. El Árbol del conocimiento. Santiago: Editorial Universitaria, 1984. MATURANA, H.; VARELA, F. De máquinas y seres vivos, autopoiesis: la organización de lo vivo. Santiago: Editorial Universitaria, 1994. MATURANA R., H.; VARELA, F. De máquinas y seres vivos, autopoiesis: a organização do vivo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

14 MATURANA, H.; VARELA, F. De máquinas y seres vivos, autopoiesis: la organización de lo vivo. Santiago: Editorial Universitaria, 1995. MATURANA, H.; VARELA, F. El árbol del conocimiento. Santiago: Editorial Universitaria, 1995. WINOGRAD, T.; FLORES, F. Understanding computers and cognition: a new foundation for design. New Jersey: Ablex Publishing Corporation Norwood, 1986. PAPERT, S. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

imagina, e parte para entender o caos estruturado, colocando a desordem da realidade como fato primeiro e como fator de criatividade; embora não tenha feito propriamente uma teoria da aprendizagem, seus estudos admitem estender a idéia também para o universo, que, estando em formação, tem um sentido histórico irreversível e é dotado da capacidade de auto-regulação, sem qualquer ligação com uma ordem teleológica; instiga fortemente a noção de realidade complexa ou de ordem complexa, que se aplica também ao processo de aprendizagem de estilo histórico-estrutural¹⁵.

7. São bastante conhecidas as propostas tipicamente interdisciplinares: já é modismo o apreço a obras que unem psicologia e biologia e realçam a emoção e a subjetividade na aprendizagem, alcunhado de “novo paradigma”; a pesquisa não está tão avançada como as modas desejariam, mas os resultados são já muito significativos, seja na crítica forte contra os testes de inteligência tradicionais (racionalistas, de cariz europeu), seja na valorização da emoção como motivação e até mesmo como referência principal da mente (mais que a razão), seja na importância da pesquisa interdisciplinar, mais apta a captar as complexidades da vida concreta¹⁶. Cabe apontar também para a pesquisa da consciência, que tem enfrentado a questão da inteligência artificial, em ambiente de polêmica acirrada. Os que defendem a inteligência e a aprendizagem como fenômeno não computacional, como *Searle* e *Penrose*¹⁷, apostam

15 PRIGOGINE, I. O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed. UNESP, 1996. PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. Order out of chaos. N. York: Bentam, 1984. PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. A nova aliança. Brasília: Ed. UnB, 1997. LORENZ, E.N. A essência do caos. Brasília: Ed. UnB, 1996. GLEISER, M. A dança do universo: dos mitos de criação ao *big-bang*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.

16 DAMÁSIO, A.R. O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. GARDNER, H. Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. GOLEMAN, D. Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. GOLEMAN, D. A mente meditativa. São Paulo: Ática, 1996. GOLEMAN, D. Mentiras essenciais, verdades simples: a psicologia da auto-ilusão. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. GOLEMAN, D.; GURIN, J. Equilíbrio mente-corpo. Rio de Janeiro: Campus, 1997. GLEICK, J. Caos: a criação de uma nova ciência. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996. PIAGET, J. Biologia e conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1996.

na criatividade do ser humano, geralmente apelando para a ciência da complexidade de cariz quântico, enquanto outros confiam que, sendo o ser vivo apenas um modo alternativo de organização da matéria disponível, não estaríamos longe de decifrar a questão e que seria tipicamente computacional¹⁸.

8. A lingüística também trouxe colaboração inestimável, porque descortinou o horizonte da fala como ação¹⁹ (*Austin*), ou da linguagem como não espelho da realidade²⁰ (*Rorty*), ou como construção social da realidade²¹ (*Searle*). *Habermas* tem utilizado esta noção em sua teoria da ação comunicativa, indicando que a linguagem humana, além de ser o diferencial mais importante de sua indenidade (*Maturana*), significa sempre uma postura reconstrutiva diante da realidade. Por certo, o mundo lá fora não depende de nossa linguagem para existir, mas nossos mundos são aqueles que a linguagem permite e reconstrói²². Esta maneira de ver coincide, com referência à metodologia científica, à tese do "objeto construído", hoje tão difundida também em ambientes da ciências naturais, como a física pós-moderna que pretende também redescobrir a dialética²³.

9. Poderíamos encontrar apoio também em representantes da matemática não linear, como já aludido, possivelmente

17 SEARLE, J.R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. SEARLE, J.R. O mistério da consciência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. PENROSE, R. *Shadows of the mind: a search for the missing science of consciousness*. N. York: Oxford Univ. Press, 1994.

18 Veja também: CHALMERS, D.J. *The conscious mind: in search of a fundamental theory*. N. York: Oxford Univ. Press, 1996. DENNETT, D.C. *Consciousness explained*. N. York: Back Bay Books, 1991. COMBS, A. *The radiance of being: complexity, chaos and the evolution of consciousness*. Minnesota: Paragon House, 1996. JAYNES, J. *The origin of consciousness in the breakdown of the bicameral mind*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1990.

19 AUSTIN, J.L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. AUSTIN, J.L. *Sentido e percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

20 RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

21 SEARLE, J.R. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. SEARLE, J.R. O mistério da consciência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

22 WINOGRAD, T.; FLORES, F. *Understanding computers and cognition: a new foundation for design*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986. HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

23 PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A nova aliança*. Brasília: Ed. UriB, 1997. Veja tentativa de reconstrução da dialética da natureza de *Engels*.

com destaque para *Penrose*. Apresenta pelo menos dois argumentos interessantes: de um lado, apelando para o teorema de *Gödel*, busca mostrar que todas as formalizações mais complexas não conseguem ser levadas até ao fim, por conta de sua incompletude intrínseca, o que lembra o “círculo hermenêutico” na filosofia e nas ciências humanas (toda definição de termos inclui termos ainda não definidos, de tal modo que nenhuma discussão pode, a rigor, fechar); de outro, imagina que faz parte da aprendizagem humana o erro, que, menos que um fracasso, é o signo do processo reconstrutivo permanente²⁴. Neste sentido, entre outros, rejeita que a inteligência humana seja computacional, donde seguiria que o computador não saberia aprender. Trata-se obviamente de um estilo não linear de matemática, possivelmente quântica (talvez a física quântica pudesse explicar melhor o cérebro), capaz de dar conta de processos dialeticamente reconstrutivos.

Pode-se incluir neste movimento também esforços atuais em torno da aprendizagem da matemática, como a “etnomatemática”, que expressa, entre outros horizontes, a característica social da descoberta e do uso da matemática como linguagem do cotidiano²⁵.

10. Já a pedagogia continua mantendo a tendência instrucionista, com base em didáticas de mero ensino, tendo como fundamentos principais a aula e a prova. Os próprios resultados muito magros do aproveitamento escolar dos alunos indicam que se trata de propostas obsoletas²⁶. O que mais estranha é que, cabendo à pedagogia o mandato de renovar os

24 PENROSE, R. *Shadows of the mind: a search for the missing science of consciousness*. New York: Oxford University Press, 1994.

25 D'AMBROSIO, U. *Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática*. Campinas: Summus Editorial, 1986. GARCÍA, J.N. *Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática*. Porto Alegre: ARTMED, 1998. GARDING, L. *Encontro com a matemática*. Brasília: Ed. UNB, 1997. RANGEL, A.C.S. *Educação matemática e a construção do número pela criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

26 OLIVEIRA, J.B.A.; CHADWICK, C.B. *Tecnologia educacional: teorias da instrução*. Petrópolis: Vozes, 1988. WERNECK, H. *Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo*. Petrópolis: Vozes, 1993. WERNECK, H. *Prova, provão: camisa de força da educação*. Petrópolis: Vozes, 1995. WERNECK, H. *Ensinamos demais, aprendemos de menos*. Petrópolis: Vozes, 1997. WERNECK, H. *Assinei o diploma com o polegar: a construção da cidadania na escola*. Petrópolis: Vozes, 1998.

procedimentos de aprendizagem de maneira permanente, siga resistindo a qualquer inovação mais profunda nesta parte²⁷.

Pesquisa como ambiente da aprendizagem

Decorre facilmente da discussão preliminar acima que pesquisa seria o ambiente mais fecundo da aprendizagem. Estão em jogo aí duas noções complementares de pesquisa. De uma parte, o que temos em mente, quando falamos de pesquisa, é geralmente seu papel de fábrica do conhecimento, reservado a níveis mais altos de formação universitária, geralmente a partir do mestrado. Ainda é comum entre nós que os cursos anteriores, mormente as graduações, são marcados pelo "ensino", pura e simplesmente, definindo o papel dos professores como o de repassar conhecimento e dos alunos como o de absorver²⁸. De outra parte, coloca-se hoje com insistência crescente o papel pedagógico da pesquisa, diretamente associado à aprendizagem de teor reconstrutivo. Em vez de ser apenas princípio científico, pesquisa desempenha igualmente a função de princípio educativo²⁹.

Neste caso, as exigências reconstrutivas da aprendizagem indicam que não se aprende sem elaboração própria, e que esta comparece com tanto maior autenticidade em ambiente de pesquisa³⁰. Precisaríamos evitar dois extremos: considerar pesquisa algo excessivamente sofisticado, para pesquisadores profissionais, ou considerar pesquisa qualquer coisa, fazendo dessa

27 DEMO, P. *Questões para a teleeducação*. Petrópolis: Vozes, 1998. DEMO, P. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1997. DEMO, P. *Desafios modernos para a educação*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

28 BOTOMÉ, S.P. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Vozes, 1996.

29 DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

30 DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 1998. DEMO, P. *ABC: Iniciação à competência reconstrutiva do professor básico*. Campinas: Papirus, 1996.

idéia pertinente uma nova moda vazia. Uma definição mínima poderia ser a de “questionamento reconstrutivo”. Há dois desafios nesta ótica:

a) para que alguma atividade possa ser chamada de pesquisa carece enquadrar-se numa atitude de questionamento, ou seja, precisa ser crítica com respeito à realidade e ao conhecimento existente, levando a posturas ativas e interessadas em mudanças; um texto minimamente científico carece ir além de meramente descrever, expor, acumular dados, fazer considerações gerais, etc.; na linguagem de *Habermas*, não pode ser apenas fala, mas um discurso;

b) ademais, não basta questionar; é mister reconstruir, quer dizer, unir teoria e prática, sinalizar inovação e sobretudo a presença de um sujeito capaz de história própria; o processo reconstrutivo alia pelo menos duas habilidades: saber formular ou propor, buscando intervenções alternativas teoricamente bem fundadas, e tornar-se autor, ao ler outros autores.

Assim, ao lado do pesquisador profissional, que certamente é, entre outros, o professor com formação mais sofisticada, buscamos o *profissional pesquisador*, ou seja, aquele que sabe manejar a pesquisa como instrumentação metodológica essencial para sua permanente renovação profissional. É neste sentido que se diz ser pesquisa requisito metodológico indispensável a qualquer exercício profissional de cunho atualizado e criativo, como requer, por exemplo, o mercado competitivo globalizado³¹. Assim colocada, pesquisa como princípio educativo é habilidade básica do saber pensar em toda a vida, em todos os momentos, desde a educação infantil. Precisamente isto queria *Piaget* com seu construtivismo, insistindo na capacidade humana fundamental diante do conhecimento de estilo construtivo³².

Pesquisa não é, nesta acepção, uma disciplina ou maté-

31 CASTELLS, M. The rise of the network society, the information age: economy, society and culture. Oxford: Blackwell, 1997, v.1. CASTELLS, M. The power of identity, the information age: economy, society and culture. Oxford: Blackwell, 1997. CASTELLS, M. End of millenium, the information age: economy, society and culture. Malden: Blackwell, 1998, v.3.

32 FREITAG, B. (Org.). Piaget: 100 Anos. São Paulo: Cortez, 1998.

ria, mas o ambiente da aprendizagem, permeando o curso inteiro, na condição de habilidade básica central. Isto não impede que se dedique um semestre (ou mais) para cultivar de maneira específica a pesquisa, desde que não se faça dela apenas disciplina eventual. Porquanto, pesquisar é a melhor maneira de aprender. Disto decorre, é claro, uma reformulação curricular radical, já que é impraticável conservar o mesmo currículo extensivo de hoje, composto de até 8 disciplinas por semestre, pois é impossível aprender de modo reconstrutivo tantos conteúdos repassados de modo reprodutivo. A tendência será adotar o currículo intensivo, baseado no desenvolvimento aprimorado das habilidades básicas de pesquisar e elaborar, sem demérito dos conteúdos, mas vistos principalmente a partir da ótica de sua renovação permanente.

Os programas oficiais aludidos esbarram sempre nesta problemática: o aluno que pesquisa com afinco vê-se atrapalhado pelas inúmeras aulas a que tem que assistir, sem proveito convincente na maioria dos casos. Ainda assim, é importante que tenham mostrado, com crueza por vezes, que o atual currículo é inadequado, em particular com respeito ao aspecto formativo. Os alunos aprendem garantidamente muito mais com a pesquisa, do que com a assistência às aulas, ainda que um professor de qualidade possa sempre unir os dois lados. Ao mesmo tempo, os professores reconhecem seu papel central como orientadores do processo produtivo dos alunos, passando as aulas a ocuparem seu lugar próprio, ou seja, de insumo complementar, nunca de didática decisiva.

Todavia, para que pesquisa se torne ambiente da aprendizagem, é mister tomar algumas cautelas preventivas, tais como:

a) não reduzir pesquisa a qualquer coisa, como, por exemplo, fichar livros, já que este procedimento não é reconstrutivo; não basta, ainda, apenas coletar dados, notícias, artigos de revistas e jornais, porque sua justaposição também não representa uma atividade questionadora e reconstrutiva;

b) é importante aprender a trabalhar coletivamente, mas é preciso tomar cuidados quanto a isto, para não desandar em farsa; recomenda-se, como é feito no PIBIC, por exemplo, que cada membro da equipe faça sua parte em separado e de modo

elaborado, para somente depois disso montar um texto comum;

c) é sempre fundamental organizar sistematicamente o processo de feitura da pesquisa, começando pelo projeto bem elaborado teórica e metodologicamente falando, seguindo fases que possam representar ganhos cumulativos comprovados; se isto for feito, pode-se facilmente dispensar a prova, porque teríamos vários produtos pelo caminho, todos mais pertinentes que qualquer prova;

d) olhando a pesquisa sobretudo como habilidade básica, não caberia o tipo clássico de avaliação terminativa, mas aquela que sempre permite refazer, desde que haja tempo disponível; a avaliação não busca averiguar até que ponto conteúdos foram "armazenados", mas como está a evolução do saber pensar no aluno e das etapas previstas da pesquisa; como não há aprendizagem final, convém adotar como metodologia o diálogo permanente e que não necessita, de modo algum, ser menos exigente, porquanto o que se quer é pesquisa com qualidade inequívoca, não seu arremedo;

e) o processo de orientação, por outra, precisa condizer com o caminho do questionamento reconstrutivo, que nada tem a ver com propostas tuteladas, confusas e incompletas; o professor não pode "tirar dúvidas", dar "receitas", encurtar procedimentos para facilitar a vida do aluno; ao contrário, orientar é manter um ambiente constante de questionamento instigador, de tal sorte que o aluno é levado a assumir sua autonomia.

Significados da iniciação científica (IC)

Até ao momento, consideramos pesquisa como ambiente da aprendizagem no dia-a-dia curricular, implicando redução das aulas em favor da elaboração própria por parte dos alunos, sob orientação do professor. Trata-se agora de visualizar a IC, como tal, ou seja, como programa específico destinado a fomentar a atividade de pesquisa nos alunos, a par das aulas que eles precisam assistir. No caso ideal, pesquisa deveria permear toda a

vida acadêmica, deixando de ser um programa em separado. Todavia, enquanto não chegamos lá, a IC acaba sendo a idéia mais promissora de avanços nesta direção, inclusive para o professor.

Nesta rota, a primeira marca fundamental da IC é a de fomentar um adequado “ambiente acadêmico” na instituição, indicando profundas redefinições, tais como:

a) no aluno: aluno que aprende a pesquisar, aprende a habilidade mais básica para sua permanente renovação profissional, sem falar naquela de estudar melhor e aprender de maneira reconstrutiva; não vem à instituição para escutar aula, tomar nota, fazer prova, mas para reconstruir conhecimento sistematicamente; este tipo de aluno tem peso no futuro do país e é a fonte principal para a instituição de novas vocações docentes;

b) no professor: este precisa ser capaz de orientar um processo de pesquisa, o que supões que saiba, inequivocamente, pesquisar; carece ter noção adequada de conhecimento, vida acadêmica, teoria e método, pois seria farsante exigir do aluno o que não sabe fazer; desaparece a idéia obsoleta de professor que somente dá aula, porque, além de atividade tendencialmente apenas reprodutiva, não consegue estabelecer com o aluno a devida relação pedagógica de teor reconstrutivo.

Uma coisa é o ambiente acadêmico usual marcado pela mera aula, e que coincide, na prática, com “falta de ambiente acadêmico”; outra coisa é aquele ambiente impulsionado pela reconstrução sistemática e permanente do conhecimento, fazendo do curso um autêntico laboratório de aprendizagem. Dois fenômenos são aí essenciais:

a) saber aprender de modo correto, ou seja, pela via reconstrutiva;

b) tornar-se profissional capaz de se renovar permanentemente.

Caso este tipo de ambiente se institucionalize, pode ter como efeito benéfico envolver professores e alunos na mesma empreitada reconstrutiva, tornando-se a atividade mais comum e natural. Todo professor da instituição já sabe, de antemão, que não será definido pelas aulas, mas por sua produtividade científica, mesmo que seja “horista”. É claro que a posição de horista nunca é a ideal, mas não poderia valer como desculpa

para não produzir conhecimento, já que mero repasse não pode definir a função de professor. Neste sentido, é preciso também rever a idéia de professor ligado à prática e que apenas dá aulas, porque não interessa qualquer prática. Para um ambiente acadêmico reconstrutivo, a prática que interessa é aquela devidamente teorizada, ou seja, que sempre volta para a teoria e aí se renova. Não vale aquela prática que é mera repetição, já que na maioria das vezes muita prática coincide com simples repetência.

Por outra, todo aluno que vier estudar em tal ambiente já sabe que precisa pesquisar, elaborar, argumentar com autonomia, tornar-se autor de suas próprias propostas, e assim por diante. Terá nas aulas um apoio secundário, não a razão de ser de sua vida acadêmica. Poderá com isto também superar a mera expectativa de emprego – que será cada vez mais rara –, lançando-se ao desafio de criar trabalho e outras oportunidades de ganhar a vida, e mesmo de se confrontar com um tipo restritivo de mercado competitivo e globalizado, sem falar na necessidade de permanente renovação profissional. Verá na instituição, não um "monte de sala de aulas", mas um laboratório de aprendizagem, onde encontra condições adequadas de reconstruir conhecimento, com qualidade formal e política.

A segunda marca da IC pode ser vista precisamente na possibilidade educativa mais clara que pode proporcionar, ao aliamos qualidade formal e política. Quando o aluno aprende a argumentar, questionar, duvidar, propor, escutar os outros e responder com devida fundamentação, sustentar o que diz, e assim por diante, não aprende apenas a fazer ciência, mas está construindo sua cidadania. Porquanto, trata-se exatamente deste tipo de cidadania: uma cidadania fundada em ciência. Na sociedade encontramos muitos tipos de cidadania: da família, do sindicato, da vizinhança, da Igreja, etc. Qual seria o distintivo da cidadania formulada em ambiente acadêmico universitário? O distintivo está em estar baseada na reconstrução científica. Daí pode emergir um profissional que, além de saber ganhar a vida, sabe também interferir na realidade, discutir rumos da sociedade, engajar-se em posturas éticas diante do futuro da economia, empenhar-se na renovação política e econômica do país, e assim por diante³³.

Esta argumentação é essencial para a IC, para não reduzi-la a mero exercício metodológico de cunho formal. Se bem feita, pode gestar aquele ambiente pedagógico da aprendizagem política adequada, metodologicamente instrumentada, mas voltada sempre para fins e valores³⁴. O valor maior da IC está em seu horizonte formativo.

A terceira marca da IC pode ser notada na capacidade de manejar conhecimento com alguma autonomia. Por vezes, nos bastamos com isso, deixando de lado a qualidade política. Entretanto, é o caso também acentuar o valor fundamental da qualidade formal, voltada para a habilidade de lidar com o conhecimento de modo reconstrutivo. Tratando-se de "iniciação" científica, a tarefa esperada é incipiente, sobretudo quando é a primeira vez que o aluno se mete nisso. Talvez seja mais produtivo permitir que o aluno entre em tais programas, somente depois do segundo semestre, quando já deveria ter noção mais clara do que é conhecimento e seu processo de reconstrução. Imagina-se também que, principalmente no primeiro semestre, exista alguma dedicação propedêutica nesta direção. A idéia mais correta seria a de combinar com todos os cursos que o primeiro semestre (e alguns outros também) seria comum e voltado especificamente para este tipo de habilidade básica.

Quanto a critérios de cientificidade das propostas de pesquisa, podemos sugerir preliminarmente³⁵:

a) definição do objeto com total clareza, acompanhada da hipótese de trabalho, para averiguar o que se pretende resolver com a pesquisa; esta parte é das mais estratégicas, porque é comum que os alunos assumam idéias inviáveis, por falta de experiência; um caminho mais promissor geralmente começa com a habilidade de definir bem os termos chave, expressando a visão de que se sabe onde o tema começa e acaba, o que vai ajudar também a definir leitura e tipos de dados;

33 MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

34 DEMO, P. *Questões para a teleducação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

35 DEMO, P. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

b) elaboração da base teórica, que supõe leitura bem reconstruída dos autores considerados relevantes; trata-se de procurar uma base explicativa, para além da meramente descritiva, tecendo um texto bem argumentado, com alguma autonomia e inovação, de tal forma que a hipótese de trabalho possa receber fundamentação capaz de ser sustentada; é preciso cuidar que o texto não seja apenas repetitivo, quase uma resenha de autores e idéias alheias, mas represente já um esforço de autoria inequívoca;

c) cuidado com dados, qualitativos ou quantitativos, ou seja, a elaboração metodológica adequada, capaz de conferir ao trabalho sistematicidade, aproximação reconstrutiva com a realidade a ser pesquisada, tratamento inteligente dos dados; os dados não traduzem a possibilidade de "comprovação", porque em ciência não existe esta promessa, mas contribuem fortemente para argumentações mais palpáveis; seja como for, uma regra básica é manejar os dados de tal modo que se possa refazer o mesmo caminho sem maiores tropeços, sobretudo por parte de quem queira questionar;

d) realização da hipótese de trabalho, fechando com o primeiro passo; dispondo agora de boa argumentação teórica e adequado tratamento de dados, podemos ver se a hipótese se sustenta, ou não, ou até que ponto; não é o caso confundir com "conclusão", porque este capítulo é ainda central, já que se refere aos "achados" da pesquisa.

Pode-se exigir um rol maior de formalidades da pesquisa, mas que são, na verdade, apenas circunstanciais. Mais importante é sempre cuidar da qualidade da argumentação. Se pudessemos resumir num tópico, diríamos que a IC serve, mais que tudo, para exercitar a boa argumentação com alguma autonomia. Há alunos que se perdem em "introduções" vastas e genéricas, começando sempre por "Adão e Eva". Na introdução cabe apenas dizer de que se trata e qual seria a hipótese de trabalho, cabendo numa página no máximo. Já na conclusão cabe assinalar qual teria sido o proveito maior da empreitada. Não é um capítulo, mas apenas um arremate.

A quarta marca da IC está na organização sistemática do processo reconstrutivo, em vários passos importantes, tais como:

a) papel do orientador: não pode fazer o projeto, mas orientar; ou seja, o projeto tem que ter “cara de aluno”;

b) papel do aluno: tentar apresentar um projeto, no caso ideal já com orientador; não ser incipiente demais, contendo equívocos metodológicos, por exemplo (anunciar que usará a dedução para fazer um estudo de caso!);

c) seleção dos trabalhos apresentados, de acordo com critérios usuais de cientificidade acadêmica;

d) fases durante um ano de trabalho: um primeiro encontro, diante de uma banca, para dar ciência do andamento dos trabalhos; um segundo encontro para garantir a progressão cumulativa dos resultados; um terceiro encontro final, para dar conta da conclusão e talvez ressaltar os melhores, que poderiam expor em público.

Embora esta organização sistemática possa tornar-se rito vazio, se bem conduzida, contribui para a seriedade do processo e o exercício acompanhado da orientação. Com isto o aluno pode perceber, para além dos aspectos formais, incidências educativas, porque se vê envolvido em compromissos produtivos marcados pela qualidade.

Para concluir

A IC foi uma invenção providencial. Pensada para o aluno, acaba sendo igualmente um fator de grande renovação no professorado. As instituições, por sua vez, aprendem a aproximar-se, cada vez mais, do ambiente acadêmico autêntico em que deveriam estar imersas.

Para evitar perdas, em particular alunos que desistem pelo caminho, é fundamental organizar de maneira adequada e exercitar um tipo de orientação ao mesmo tempo presente e exigente. É essencial que o aluno receba o devido apoio propedêutico, no sentido de aprender a pesquisar e de poder usar recursos essenciais (biblioteca, computador etc.).

Um caminho bem andado vai significar, com o tempo, que os alunos procurem esta oportunidade com maior afinco, diminuindo muito as perdas. Ao mesmo tempo, os professores se

verão comprometidos, não apenas com as aulas, mas sobretudo com a aprendizagem reconstrutiva dos alunos.

Bibliografia

- APEL, K.-O. *Diskurs und Verantwortung: Das problem des Übergangs zur postkonventionellen Moral*. Frankfurt: Suhrkamp, 1988.
- APEL, K.-O. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994
- AUSTIN, J.L. *Quando dizer e fazer: palavras e ação*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1990.
- AUSTIN, J.L. *Sentido e percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARALDI, C. *Aprender : a aventura de suportar o equívoco*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOTOMÉ, S.P. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CASTELLS, M. *The power of identity, the information age: economy, society and culture*. Oxford: Blackwell, 1997, v.2.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society, the information age: economy, society and culture*. Oxford: Blackwell, 1997. v.1.
- CASTELLS, M. *End of millenium, the information age: economy, society and culture*. Malden (MA): Blackwell, 1998. v.3
- CASTORINA, J.A et alii. *PIAGET & VYGOTSKY: novas contribuições para o debate*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- CHALMERS, D.J. *The conscious mind: in search of a fundamental theory*. N. York: Oxford Univ. Press, 1996.
- COMBS, A. *The radiance of being: complexity, chaos and the evolution of consciousness*. Minnesota: Paragon House, 1996.
- D'AMBROSIO, U. *Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática*. Campinas: Summus Editorial, 1986.
- DAMÁSIO, A.R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- DEMO, P. *ABC : iniciação à competência reconstrutiva do professor básico*. Campinas: Papirus, 1996.
- DEMO, P. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DEMO, P. *Desafios modernos para a educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- DEMO, P. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- DEMO, P. *Questões para a teleducação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DEMO, P. *Certeza da incerteza: ambivalências do conhecimento e da vida*. Brasília: Editora Plano, 2000.
- DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- DENNETT, D.C. *Consciousness Explained*. N. York: Back Bay Books, 1991.
- FREITAG, B. (Org.). *Piaget : 100 Anos*. São Paulo: Cortez, 1998.
- GARCIA, J.N. *Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.
- GARDING, L. *Encontro com a matemática*. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- GARDNER, H. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- GLEICK, J. *Caos: a criação de uma nova ciência*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.
- GLEISER, M. *A dança do universo: dos mitos de criação ao big-bang*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GOLEMAN, D. *A mente meditativa*. São Paulo: Ática, 1996.
- GOLEMAN, D. *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- GOLEMAN, D. *Mentiras essenciais, verdades simples: psicologia da auto-ilusão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- GOLEMAN, D.; GURIN, J. *Equilíbrio mente-corpo*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- GOULART, I. B. *Piaget : experiências básicas para utilização pelo professor*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GROSSI, E.P.; BORDIN, J. (Org.). *Construtivismo Pós-piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- JAYNES, J. *The origin of consciousness in the breakdown of the bicameral mind*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1990.
- KAMII, C.; DECLARK, G. *Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget*. Campinas: Papirus, 1992.
- KESSELRING, T. *Jean Piaget*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- LAJONQUIÈRE, L. *De Piaget a Freud: a (psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- LORENZ, E.N. *A essência do caos*. Brasília: Ed. UnB, 1996.
- MAGRO, C. et alii (Org.). *Humberto Maturana: a ontologia da realidade*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1997.
- MATURANA R., H. *Da biologia à psicologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

- MATURANA, H.; VARELA, F. *De máquinas y seres vivos autopoiesis: la organización de lo vivo*. Santiago: Editorial Universitaria, 1995.
- MATURANA, H.; VARELA, F. *El Árbol del conocimiento*. Santiago: Editorial Universitaria, 1995.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- NEIMEYER, R.A.; MAHONEY, M.J. (Orgs.). *Construtivismo em psicoterapia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- OLIVEIRA, J.B.A.; CHADWICK, C.B. *Tecnologia educacional: teorias da instrução*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- PAPERT, S. *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PENROSE, R. *Shadows of the mind: a search for the missing science of consciousness*. New York: Oxford University Press, 1994.
- PIAGET, J. *Biologia e conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *Order out of chaos*. N. York: Bentam, 1984.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A nova aliança*. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- RANGEL, A.C.S. *Educação matemática e a construção do número pela criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SEARLE, J.R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SEARLE, J.R. *O mistério da consciência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- YIGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- YIGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WERNECK, H. *Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- WERNECK, H. *Prova, provão: camisa de força da educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WERNECK, H. *Ensinaos demais, aprendemos de menos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- WERNECK, H. *Assine o diploma com o polegar: a construção da cidadania na escola*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- WINOGRAD, T.; FLORES, F. *Understanding computers and cognition: a new foundation for design*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation Norwood, 1986.



RESUMO DAS PESQUISAS

F A C E

FACULDADE DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
ADMINISTRATIVAS E
CONTÁBEIS DE BELO HORIZONTE



Projeto Veredas do Paraopeba

Equipe

Professor(es):

Prof^a. Cláudia Freitas Magalhães (Coordenação; FUMEC/
FUNADESP)

Estudante(s):

Henrique Campolina (ProPIC/FUMEC)

Gustavo Batista (ProPIC/FUMEC)

Cláudio Novato (ProPIC/FUMEC)

Marcos Miranda (ProPIC/FUMEC)

Objetivos

Confeccionar o inventário turístico dos municípios que fazem parte do circuito “Veredas do Paraopeba”; promover a cooperação técnica entre a instituição de ensino FUMEC, a Secretaria Estadual de Turismo e as agências de desenvolvimento dos municípios.

Palavras-chave

Circuito turístico, municípios, inventário turístico.

Metodologia

A metodologia utilizada para o levantamento dos atrativos

turísticos, da infra-estrutura de apoio, dos equipamentos e serviços e das informações básicas dos municípios pertencentes ao circuito (inventário turístico) foi organizada em três etapas distintas.

Inicialmente, os alunos foram treinados, durante uma semana, pelos professores da FUMEC e pelos técnicos da Secretaria de Turismo, conforme metodologia já testada pela última. Após o período de treinamento, toda a equipe recebeu orientação para iniciar as pesquisas em gabinete, quando deveriam utilizar a bibliografia específica, a pesquisa na Internet e nos órgãos públicos de interesse.

Posteriormente, foram organizados os trabalhos de campo, em que os alunos tiveram oportunidade de constatar o que já havia sido pesquisado em gabinete, esclarecer dúvidas, proceder às entrevistas com a população e preencher os formulários.

As pesquisas em campo foram realizadas nos finais de semana, sendo utilizados dois dias para cada município. Os alunos foram divididos em grupos por temas específicos, o que facilitou e agilizou os trabalhos.

Ao término das viagens, os dados foram organizados e sistematizados em programa específico e armazenados em disquete.

Conteúdo pesquisado

Aspectos gerais do município

Histórico

Circuitos turísticos

Atrativos turísticos

Eventos

Meios de hospedagem

Alimentação

Transportes

Terminais de passageiros

Compras

Entretenimento

Cultura

Serviços turísticos

Espaços para eventos

Comunicações

Segurança

Saúde

Principais resultados

As informações coletadas foram catalogadas e sistematizadas em forma de inventário, para serem entregues aos municípios e à Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais. Destaque-se que a participação e o desenvolvimento do projeto possibilitaram aos alunos uma grande experiência prática, além do conhecimento teórico/metodológico para confecção de inventário turístico.

Os contatos com a comunidade, com os agentes públicos, com a iniciativa privada e as observações *in loco* dos atrativos, equipamentos e serviços promoveram a aproximação dos alunos com realidade espacial local, onde puderam observar os impactos causados pela exploração desordenada do turismo nos meios físico, social e econômico.

Belo Horizonte: diagnóstico, dimensionamento e perspectivas de sua vocação turística

Equipe

Professor(es):

Prof. José Henrique da Silva Júnior (Coordenação; FUMEC/
FUNADESP)

Estudante(s):

Cíntia Maria Castro da Costa (ProPIC/FUMEC)

Carolina Lopes Machado (ProPIC/FUMEC)

Maria Regina F. Lima Cavalcanti (ProPIC/FUMEC)

Priscila Bartolomeu Neves (ProPIC/FUMEC)

Christian Lamos

Patrícia Renault

Patrícia Eskenazi

Objetivo

O objetivo geral do projeto foi conhecer a opinião de representantes do poder público e da sociedade de Belo Horizonte sobre a realidade do turismo no município, de forma a subsidiar um diagnóstico e um dimensionamento de sua vocação turística. Nesse sentido, foram investigados itens como: os principais fatores, erros, acertos, entraves e facilidades no desenvolvimento do turismo, bem como suas tendências e perspectivas mais gerais; suas principais vantagens comparativas/diferenciais e as áreas e setores com maior potencial de desenvolvimento/crescimento.

Palavra-chave

Vocação

Público investigado

A investigação foi feita junto a representantes de seis importantes segmentos: poder público; imprensa especializada local; representantes das universidades; empresários dos setores de turismo; representantes de sindicatos de trabalhadores no turismo; e representantes de entidades e associações empresariais/patronais.

Metodologia e técnica

O cumprimento dos objetivos propostos, o perfil e o pequeno número de representantes de cada público e, principalmente, a natureza das informações que se pretendeu obter fundamentaram a recomendação do uso da metodologia qualitativa, por meio da técnica de Entrevistas em Profundidade. Estas consistiram na análise de um conjunto de 25 entrevistas, individuais “abertas”, sem as limitações dos questionários padronizados, baseadas na interação e no diálogo entre os interlocutores, em um clima de empatia, que facilita a espontaneidade e as associações livres, bem como reflexões e análises mais aprofundadas.

Resultado

Belo Horizonte é uma metrópole de economia forte e tem uma atividade turística em crescimento. Pode-se dizer que quem vive aqui dispõe de diversas opções turísticas. Quem diz o contrário talvez careça de informações sobre elas, de recursos financeiros ou mesmo de tempo para usufruí-las. Em termos do turismo convencional, a cidade dispõe de um conjunto arquitetônico importante, com destaque para a Pampulha, por ser um marco histórico-cultural. O turismo convencional vem crescendo nos últimos anos, com a inauguração de museus muito interessantes, que estão revitalizando essa área. A cida-

de dispõe ainda de vários e importantes parques e reservas naturais, como o Parque Municipal, o das Mangabeiras, o Horto Florestal e a Mata da UFMG. Quanto ao turismo não convencional, Belo Horizonte se beneficia do fato de ser centro administrativo do estado, atraindo um volume grande de pessoas, que vêm a negócios e podem consumir uma série de serviços, como de táxis, restaurantes, compras, que contribuem para expansão da economia da cidade. Quem vem para ficar um pouco mais utiliza também serviços de hospedagem, teatros, *shoppings*, museus, cinemas, entre outros, ampliando a extensão do mercado turístico. Por outro lado, pode-se dizer que a divulgação ainda insuficiente das informações e atrações turísticas que a cidade oferece constitui um entrave. Verificou-se que, quando esse serviço é prestado de forma eficiente, muitas pessoas se dispõem a permanecer mais tempo na cidade. Ficou claro que o visitante, sem falar do próprio morador, desconhece as atrações turísticas de Belo Horizonte, tanto no que se refere ao turismo tradicional quanto aos ramos do ecoturismo, da gastronomia, da moda, das pedras preciosas e semipreciosas, da cachaça, da cultura, das compras, entre outros. A cidade apresenta razoável oferta de hotéis; relativa segurança nos locais turísticos; bons programas culturais, com teatros, cinemas e galerias; bons *shoppings*; boa frota de táxis; bons e numerosos restaurantes. Entretanto, comprovou-se que a comercialização turística, com poucas agências receptoras, ainda é muito precária, tanto em relação a Belo Horizonte quanto às cidades limítrofes, situadas num raio de até 100 km. Constatou-se que Belo Horizonte, em relação a outras regiões do estado e do país, oferece vantagens como clima agradável, localização geográfica privilegiada e excelente infra-estrutura de serviços e de turismo de eventos – sem atrativos para concorrer com os eventos, como é o caso das praias, em outras cidades. Deve-se dizer que Belo Horizonte convive com um gargalo turístico, devido a fatores como: ausência de uma grande área aberta para exposições e eventos de maior porte; projetos turísticos inacabados, como os da Expominas e do Minascentro; inexistência de planejamento de atividades paralelas, como um *city tour* oficial e um calendário permanente de eventos; e falta de recursos financeiros para in-

vestimentos no setor. Durante a pesquisa, percebeu-se uma guerra velada de vaidades entre os dirigentes do *trade* turístico; grande desunião entre as entidades de classe; bem como a prolongada permanência de lideranças classistas em suas respectivas entidades, fato que impede a renovação e a modernização do setor, em termos administrativos. Finalmente, constatou-se que o turismo em Belo Horizonte resente-se de maior presença e apoio do setor público, em ações como: maior atenção à segurança em locais turísticos, principalmente à noite; divulgação do patrimônio turístico, arquitetônico, paisagístico e cultural da cidade; e adoção de um *marketing* turístico mais arrojado e eficaz. Em última análise, a pesquisa deixa claro o potencial turístico da cidade, que pode ser estimulado com políticas planejadas e estruturadas, com grande possibilidade de crescimento nas áreas gastronômica, cultural, artística, de eventos e de compras.

Roteiro histórico-turístico das esculturas em Belo Horizonte

Equipe

Professor(es):

Prof^a. Rita Lages Rodrigues (Coordenação; FUMEC/
FUNADESP)

Estudante(s):

Breno Alvarenga Nunes (ProPIC/FUMEC)

Objetivos

Ao analisar as obras escultóricas públicas presentes no centro de Belo Horizonte, à luz de teorias relativas ao público e ao privado e do desenvolvimento das artes plásticas ao longo do século XX, além de observar a utilização de obras artísticas para o turismo.

Palavras-chave

Esculturas, espaço público, Belo Horizonte.

Metodologia

Pesquisa em campo das esculturas, com posterior análise dos dados coletados (nome da obra, artista, momento de execução, dimensão, material utilizado), a partir dos temas: o espa-

ço público e as esculturas, a arte moderna em Belo Horizonte ao longo do século XX e possibilidades de utilização dessas esculturas para fins turísticos. Os dados foram coletados em diversos arquivos da cidade, e todos os monumentos foram visitados e fotografados. A pesquisa foi feita dentro de uma metodologia de pesquisa histórica.

Principais resultados

A elaboração de textos que discutiram a questão da arte no espaço público da cidade, assim como a noção de patrimônio, mostrou-se altamente profícua, uma vez que ficou claro, a partir de pesquisa realizada em campo, o descaso da maioria da população em relação aos monumentos públicos, que constituem patrimônio da cidade. Isso serve para que tenhamos noção do quão pequeno se mostra o interesse das pessoas pelo espaço público (não somente espaço em sentido físico, mas também local de discussão política) da cidade. As esculturas estão descuidadas, com partes roubadas. Com o estado atual das obras, tornou-se praticamente impossível a elaboração de um roteiro turístico que faça com que as pessoas apreciem o espaço da cidade realizando um tipo de turismo cultural, visto que as obras levam-nos, no máximo, a refletir sobre esse descaso da população e do poder público.

Foi elaborado um *site* das esculturas, antes como um roteiro a partir dos estilos das obras do que como um roteiro a ser apreciado por turistas que venham a conhecer a cidade e que busquem despertar interesse pelos monumentos. Com relação às obras pesquisadas, observou-se uma transformação na linguagem adotada pelos monumentos públicos, que deixaram de ter características de arte simbolista (como o monumento à Terra Mineira, na Praça da Estação), passando a adotar uma linguagem mais moderna, que acompanhou o desenvolvimento das artes (Espaço Circular em Cubo Virtual, de Franz Weissmann, e Monumento ao Bicentenário da Inconfidência e à IV Constituinte Mineira, de Amílcar de Castro). A exceção ocorre com os bustos e representações de corpo inteiro de personalidades, obras que sofreram poucas transformações no estilo ao

longo do século XX, permanecendo fiéis ao propósito de retratar nomes públicos, tais como de políticos do estado e do país (Israel Pinheiro, João Pinheiro, Getúlio Vargas, dentre outros); artistas (Aleijadinho, Bernardo Guimarães, Camões); heróis nacionais (algumas esculturas de Tiradentes, Anita Garibaldi); comerciantes, benfeitores.



RESUMO DAS PESQUISAS

F C H

FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS

Minas Gerais: Legislativo e Executivo na nova ordem constitucional

Equipe

Professor(es):

Prof. Eduardo Martins de Lima (Coordenação; FUMEC
FUNADESP)

Estudante(s):

Maisa Barbosa (ProPIC/FUMEC)

Rafaela Araújo (ProPIC/FUMEC)

Objetivos

Testar a vigência histórica do “ultrapresidencialismo estadual”, mediante o desempenho da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais nas três legislaturas no contexto pós-constituente nacional (1988) e estadual (1989); analisar o grau com que a experiência da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais se afasta ou se aproxima da experiência nacional recente do pós-88.

Palavras-chave

Legislativo, Executivo, produção legislativa, leis.

Metodologia

A metodologia adotada se baseia na revisão bibliográfica e em parâmetros quantitativos, isto é, analisou-se a produção

legislativa em Minas Gerais levando em conta a autoria (governador, Assembléia - deputados, Mesa e comissões -, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e autoria popular) das proposições apresentadas e aprovadas em plenário e nas comissões, e a modalidade da proposição (projeto de emenda constitucional, projeto de lei complementar, projeto de lei ordinária e projeto de resolução). Essa análise permite estudos comparativos entre o que se passa na Câmara dos Deputados e nas assembleias estaduais brasileiras, no tocante à produção legislativa e, em especial, na relação estabelecida entre o Poder Executivo e o Legislativo, no período que se seguiu às Constituições Federal e Estadual de 1988 e 1989.

Resultados principais

Fernando Abrúcio (1998b), em estudo recente, pondera que, em geral, as assembleias legislativas estaduais brasileiras são instituições frágeis e dominadas por um ator central - o Poder Executivo -, representado pelo governador de Estado. De um lado, os governadores ocupam o lugar central do processo de governo e estabelecem um "pacto homologatório" com o Legislativo estadual, que aprova de forma fácil as iniciativas do Executivo, e os parlamentares são beneficiados por políticas clientelistas. De outro lado, os legisladores não participam e não se responsabilizam pelas políticas públicas levadas a cabo pelo governo.

Tendo em vista os objetivos propostos e a investigação desenvolvida, concluiu-se que o "ultrapresidencialismo estadual" - proposto por Abrúcio (1988) - não se aplica *ipsis literis* ao caso da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Alemg). As razões são as seguintes:

A Alemg apresenta traços que a distinguem das demais assembleias brasileiras analisadas no trabalho organizado por Fabiano Santos (2001) e confirmadas pela presente pesquisa e que, em síntese, seriam:

1. Complexa organização interna, resultante da reforma administrativa desenvolvida nos anos 80 e 90, por meio da qual se disponibilizam, para todos os 77 deputados, assessoria técnica

altamente qualificada e uma série de instrumentos de informação em apoio às atividades legislativas;

2. Ausência de preponderância legislativa por parte do Executivo, isto é, ainda que se possa observar a aprovação quase total das proposições do governador, a produção legislativa por parte dos deputados é bastante expressiva e tem aumentado de uma legislatura para outra;

3. Criação de mecanismos institucionalizados de interlocução com a sociedade, que permitem a inclusão de novos atores políticos na arena legislativa, vocalizando suas preferências, surgimento de novos *issues* e de novos procedimentos no processo legislativo.

Ademais, a instituição reestruturou-se, criando órgãos e gerências essenciais ao processo legislativo, bem como buscou abrir caminho para a produção de uma nova cultura institucional. Entre essas inovações estruturais, devem-se citar ainda:

a) a criação da Escola do Legislativo – um centro de educação continuada que desenvolve atividades destinadas ao seu corpo técnico, aos parlamentares e à sociedade;

b) a estruturação da Gerência de Projetos Institucionais – responsável pelas atividades de interlocução com a sociedade (por meio de audiências públicas, seminários legislativos, fóruns técnicos e ciclos de debates);

c) a estruturação do Centro de Atendimento ao Cidadão – órgão que disponibiliza publicamente informações relacionadas ao processo legislativo estadual e nacional.

As inovações institucionais desenvolvidas na Alemg, de acordo com Fátima Anastasia, “... afetam a distribuição de recursos entre os atores, na medida em que garantem poder de agenda e de fiscalização aos cidadãos e propiciam ‘ganhos de informação’ ao conjunto dos legisladores” (Santos, 2001).

Constitucionalização do Direito das Obrigações

Equipe

Professor(es):

Prof. César Augusto de Castro Fiuza (Coordenação;
FUMEC/FUNADESP)

Estudante(s):

Emanuel Adilson Gomes Marques (ProPIC/FUMEC)

Objetivos

O Direito Civil, ao longo de sua história, sempre foi identificado como o *locus* normativo privilegiado do indivíduo. Nenhum ramo do Direito era mais distante do Direito Constitucional do que ele. Os estudos mais recentes têm demonstrado a falácia dessa visão estática, atemporal, do Direito Civil. Na atualidade, não se cuida de buscar a demarcação dos espaços distintos e até contrapostos dos ramos do Direito; busca-se a unidade hermenêutica, tendo a Constituição como ápice conformador da elaboração e aplicação da legislação civil.

Com um Direito Civil constitucionalizado, busca-se primordialmente valorizar a promoção da dignidade da pessoa humana, garantindo seus direitos fundamentais e o exercício pleno da cidadania.

A presente pesquisa tem por objetivo responder às ques-

tões referentes à propriedade e à autonomia da vontade, cedendo lugar à promoção da dignidade humana; à visão histórica que culminou com a constitucionalização; ao princípio da boa-fé objetiva, entre outros.

Palavras-chave

Direito Civil, Direito Constitucional, concepção histórica, superação do Direito Público/Privado, despatrimonialização do Direito, constitucionalização das obrigações, proteção da dignidade da pessoa humana, direitos da personalidade, princípio da boa-fé, teoria contratual.

Metodologia

A pesquisa utilizou análises bibliográficas e jurisprudenciais como metodologia básica. O orientador reuniu-se com o bolsista em vários momentos, a fim de discutir os resultados das leituras e distribuir novas tarefas para o período subsequente. Ao final dos resumos e discussões, foi produzido um texto com as conclusões pesquisadas.

Principais resultados:

Como resultado da pesquisa, concluiu-se que, durante o século XIX, o Direito Civil concebia obrigações como uma necessidade jurídica, por força da qual uma pessoa ficava subordinada, em relação a outra, a dar, fazer ou não fazer alguma coisa.

O paradigma da época era a idéia de que as obrigações tinham por fonte a lei e os contratos. A lei, concebida como um ato assecutório da igualdade de todos, sendo por natureza geral e impessoal; por outro lado, os particulares, regulados pela idéia do contrato, no qual a vontade é fonte única para o nascimento de direitos e obrigações, oriundos da relação jurídico-contratual.

Depois da Segunda Guerra Mundial e do advento da sociedade tecnológica, verificou-se a insuficiência das técnicas de

proteção da pessoa humana elaboradas pelo Direito Privado.

Pode-se aqui registrar uma segunda fase na interpretação do Código Civil, surgindo leis especiais, em que o legislador brasileiro buscou uma longa intervenção assistencialista.

O Código Civil perde, portanto, sua função liberal, para incluir novas matérias em seu âmbito, tais como: a função social da propriedade, os limites da atividade econômica, a organização familiar, a dignidade da pessoa humana.

O Direito passou a ter como interesse final o homem. Assim, as situações referentes à propriedade, ao crédito, etc, são tidas como relações patrimoniais, enquanto as situações referentes aos chamados direitos da personalidade são tidas como situações existenciais.

Os direitos à personalidade são imprescindíveis; sem eles a personalidade seria algo destituído de qualquer conteúdo. Tratou-se, então, desses direitos como um terceiro gênero, extrapatrimonial, mas absoluto (inato ao homem). Fala-se numa despatrimonialização desse Direito.

Com a Constituição de 1988, foram consagrados direitos fundamentais, elevando a promoção, o pleno desenvolvimento e a dignidade da pessoa humana à condição de valores supremos.

A arbitragem – a evolução do instituto no Brasil

Equipe

Professor(es):

Prof. Tiago Fantini Magalhães (Coordenação)

Estudante(s):

Marta Kerr Pinheiro Coelho dos Santos

Objetivos

Promover um estudo sistemático da arbitragem no Brasil, analisando-se não somente o histórico do referido instituto, mas, também, a sua evolução sob o prisma sociológico e processual.

Palavras-chave

Arbitragem, estudo sociológico e processual, jurisprudência, Câmaras de Arbitragem no Brasil, decisões, matérias, substituto processual, aplicabilidade, cumprimento espontâneo ou forçado, matérias de ordem pública, desenvolvimento do instituto, análise cultural brasileira.

Metodologia

A metodologia empregada não poderia ser outra senão a pesquisa de materiais em todos os Tribunais do país. Além das

decisões, buscou-se promover uma pesquisa sistematizada em todas as revistas, periódicos, livros e jornais acerca do assunto. Toda e qualquer publicação que pudesse ser do interesse dos pesquisadores era buscada e encontrada. Não obstante a impossibilidade de se promover viagens para outros estados, foram feitos contatos que resultaram na obtenção de materiais em Brasília e em São Paulo. Também foi necessária a participação em Seminários de porte internacional, como o "I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DIREITO ARBITRAL", realizado entre os dias 27 a 29 de maio de 2002, em Belo Horizonte-MG, com o escopo de se obter informações atualizadas de importantes doutrinadores e pensadores que estudam o referido tema.

Principais resultados

O resultado mais interessante está sendo a obtenção de um rico material que, após a sua triagem e seleção, está viabilizando a obtenção de um retrato fidedigno da arbitragem no Brasil. Está sendo possível constatar que a arbitragem é viável no Brasil, não obstante o grande preconceito existente ainda em relação ao instituto. O Poder Judiciário brasileiro, sabe-se, é incapaz de cumprir a sua função de maneira adequada e proficiente. As razões são muitas, como por exemplo, o excesso de processos, que é provocado pela própria cultura brasileira que é tipicamente de dissenso, a carência de juizes e a incapacidade dos mesmos, claramente visível, em determinados casos. A arbitragem, que é uma forma pacífica de solução de litígio, bem sucedida nos países europeus, como também nos Estados Unidos e Canadá, permite uma celeridade maior na solução dos conflitos, além de permitir uma decisão precisa no que tange ao objeto da demanda.

A arbitragem, como uma ordem complexa que é - característica que está sendo desenvolvida ao longo do trabalho - mostra-se como uma estrutura dinâmica e, por isso, resultante de uma evolução, dotada de um alto grau de complexidade, pelo fato de ser resultado de forças ordenadoras espontâneas. O conhecimento do homem, quando depara com ordens espontâneas, de acordo com Hayek, fica restrito ao caráter geral da

ordem que se pretende construir. Explica o autor que, no caso das ordens espontâneas, pode-se, determinando-se alguns dos fatores que as conformam, fixar as suas linhas abstratas, mas não se poderá ter acesso aos pormenores, que são desconhecidos. O controle que o homem possui sobre a ordem espontânea, é, na visão de Hayek, muito menor do que o que possui sobre a ordem artificial¹.

Ora, se tal assertiva é verdadeira, poder-se-ia, através da mesma, justificar e demonstrar as dificuldades para a implementação do instituto.

Entretanto, se o silogismo apresentado pelo autor tem como premissa básica uma assertiva verídica, de fácil constatação, a conclusão por ele atingida tem que ser analisada por um prisma específico, ao menos nas relações jurídicas. O fato é que, no Direito, sempre que uma determinada norma é produzida em função de um clamor social, e, portanto, como conseqüência de uma evolução espontânea encontra na própria sociedade as razões para a sua aplicabilidade.

Isto significaria que é bem mais fácil aplicar uma norma espontaneamente criada em função de anseios sociais, do que uma artificialmente imposta pelo Estado. À primeira vista, essa análise se consubstanciaria numa negativa ao raciocínio logicamente desenvolvido por Hayek. Tal não se verifica se analisarmos a supramencionada premissa sob outro ângulo, qual seja, o de que uma ordem espontânea jamais encontra limites nas suas normas reguladoras. Em outras palavras, o desenvolvimento de uma ordem não se paralisa somente porque foi a mesma regulamentada por uma norma. Daí a dificuldade em se definir limites. Ao contrário, nas ordens artificiais, impostas pelo Estado, será sempre mais fácil a demarcação dos limites, havendo, no entanto, em regra, o inconveniente de elas não apresentarem a mesma facilidade de respaldo social do que as primeiras.

É interessante observar que, se nos sistemas europeus e norte-americano, a arbitragem é fruto do desenvolvimento de

¹HAYEK, F.A. *Direito, Legislação e Liberdade*, volume 1 (Normas e Ordem), Editora Visão, 1985. p. 37.

uma ordem espontânea, o mesmo não se pode dizer para o sistema brasileiro, que, ao contrário, pela falta de cultura e costume na utilização do referido instituto, o legislador se viu obrigado a artificialmente criar normas e regras para a utilização da arbitragem, com a expectativa de que as mesmas sejam aceitas pela sociedade.

Por essas razões preliminarmente colocadas, desde já é possível observar que o desenvolvimento da arbitragem no Brasil está percorrendo um caminho que ainda se mostra muito longo até atingir estágios que possam definir e tornar mais concreta a sua utilização, não obstante o grande desenvolvimento da matéria, na atualidade, nos países europeus e nos Estados Unidos, o que poderia até mesmo servir de parâmetro para o Direito brasileiro.

Um grande trunfo da arbitragem, que é o sigilo de todo o procedimento arbitral exigido pelas partes, também tem sido um dos maiores obstáculos para um estudo sistemático do instituto. Carbonneau²), em seus textos, vem sugerindo que se dê a devida publicidade aos laudos, pois, somente, assim, poder-se-ia ter uma verdadeira noção da arbitragem e de seu desenvolvimento, além de parâmetros para os próprios árbitros diante de futuras decisões.

Em conversas mantidas com responsáveis de várias Câmaras Arbitrais no Brasil, esse assunto, infelizmente, mostrou-se ser um verdadeiro "tabu", sendo inadmissível qualquer ponderação ou flexibilização acerca da questão. Nos nossos estudos, estamos desenvolvendo sugestões que venham atender essa "necessidade" do sigilo com a publicidade esperada dos laudos, flexibilizando assim a atual regra costumeira existente no Brasil, qual seja, de que o resultado do laudo jamais poderia ser revelado.

2 CARBONNEAU, Thomas, E. *Étude Historique et Comparée de L'Arbitrage: vers un droit matériel de l'arbitrage commercial international fondé sur la motivation des sentences*. Revue Internationale de Droit Comparé. juil/déc. vol. 36, 3/4, 1984.

Normas de informação no direito comercial/empresarial

Equipe

Professor(es):

Prof. Frederico de Andrade Gabrich (Coordenação;
FUMEC/FUNADESP)

Estudante(s):

Cristiano Monteiro Parreiras (ProPIC/FUMEC)
Roberta Ramalho

Objetivos

Demonstração da existência do princípio da informação, a partir da identificação das inúmeras regras que existem para lhe dar concreção.

Palavras-chave

Direito comercial, direito de informação.

Metodologia

O método de pesquisa consistiu basicamente na análise, na identificação e nos comentários das regras de informação contidas na legislação comercial brasileira; análise e seleção de notícias e textos jornalísticos, publicados principalmente no jor-

nal Gazeta Mercantil, relacionados ao direito de informação; desenvolvimento de monografias relacionadas à legislação societária e falimentar brasileira, demonstrando a existência do princípio da informação.

Principais resultados

A felicidade é o bem supremo, e a ciência do Direito tem que ser utilizada como instrumento da felicidade. O sistema jurídico é composto por um conjunto hierarquizado de normas, compostas por princípios e regras. As regras geralmente são estabelecidas para dar concreção aos princípios, e, justamente por isso, a interpretação e a aplicação das regras jamais poderão estar apartadas dos comandos mais genéricos estabelecidos pelos princípios. O princípio da boa-fé é fundamental, e o princípio da informação é geral (ou subprincípio, que dele decorre). O princípio da informação pode ser comprovado pela explicitação genérica de seus comandos na Constituição, mas, sobretudo, pela demonstração das inúmeras regras que existem para lhe dar concreção, inclusive na legislação falimentar e societária.

Indiscutivelmente, a demonstração da existência de tantas e tão variadas regras de informação na legislação comercial brasileira comprova a existência, a validade e a eficácia do princípio da informação, que se nos apresenta como princípio geral, decorrente do princípio fundamental da boa-fé.

A análise dos textos e das normas jurídicas, selecionadas por meio do trabalho de pesquisa ora apresentado, demonstra, ainda, que o princípio da informação e as regras jurídicas que lhe dão concreção são absolutamente necessários à lisura, à confiança e à estabilidade das relações comerciais/empresariais, contribuindo decisivamente para a paz social e a felicidade das pessoas.

Dentre os trabalhos desenvolvidos, estão a identificação e o comentário das normas de informação na legislação comercial brasileira, a seleção de reportagens veiculadas em jornais e revistas especializadas relacionadas às normas de informação, com a indicação da norma legal a que estão vinculadas, e a

redação de monografias, demonstrando a existência do princípio da informação na legislação societária e falimentar brasileira.

As monografias e os demais resultados do projeto de pesquisa estarão à disposição da comunidade universitária na Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas do Centro Universitário FUMEC.

A constituição da cultura escolar em Minas Gerais: apropriação dos objetos escolares por professores e alunos da escola primária

Equipe

Professor(es):

Prof. Irlen Antônio Gonçalves (Coordenação; FUMEC FUNADESP)

Estudante(s):

Ângela Nancy Martini Barbosa (ProPIC/FUMEC)

Objetivo

Compreender como foi produzida a cultura escolar em Minas Gerais nas décadas iniciais do século XX, tendo em vista as apropriações que os alunos e os professores fizeram dos dispositivos que lhes foram impostos.

Palavras-chave

Cultura escolar, forma escolar professoras-alunos, apropriação.

Metodologia

A temática que investigamos inseriu-se no movimento de reconfiguração da história da escola, que nos últimos anos tem investido num esforço de compreensão do modelo escolar como construção histórica. Essa nova maneira de produção da história vem se destacando com novos interesses, novas interroga-

ções e novos critérios de tratamento do arquivo, possibilitando assim *rehistoricizar* a escola.

O objeto investigado apresentou-se mais adequado ao quadro teórico-metodológico concebido pela Nova História Cultural, que tem marcado o campo investigativo da história da educação, afirmando-se no estudo das formas de representação que grupos humanos diferentes vivenciam e produzem na sua realidade. Nesse sentido, sua propositura volta-se para o interesse de como tais grupos humanos representam a si mesmos e como representam, de variadas maneiras, o mundo no qual vivem as pessoas, e também como produzem os objetos e as práticas culturais e como são produzidos por eles.

Essa opção se explica por ser uma abordagem favorecedora do diálogo com as fontes utilizadas e por permitir uma análise pontual, delimitada e exaustiva das particularidades dos discursos, das práticas e dos produtos culturais dos vários agentes produtores da cultura e da forma escolares.

Fontes pesquisadas

IMPrensa OFFICIAL DO ESTADO. Coleção das leis e decretos entre os anos de 1906 e 1927. Belo Horizonte, 1930.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios de Diretores de Grupos Escolares – 1909/1918. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Relatórios dos Inspetores Técnicos de Ensino e Termos de Visita dos Inspetores Técnicos de Ensino – 1909/1910/1913/1918. (APM)

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior e Justiça. Cartas recebidas – 1913. (APM)

MINAS GERAIS. Mensagem dirigida ao Congresso Mineiro pelo Presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, 1917. Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u301/index.html>. Acessado em outubro de 2002.

Principais resultados obtidos

A partir de uma vasta documentação do período, foi pos-

sível a produção de conhecimentos sobre a cultura escolar que se formou no Estado, ainda que de maneira lenta e incipiente, como é próprio do trabalho de produção na área de história. Na leitura dessa documentação, descortinou-se uma produção da cultura escolar emergida das práticas cotidianas dos sujeitos escolares: são práticas de professoras e alunos que vivenciaram o dia-a-dia da escola primária em Minas Gerais e que também foram produzidos por elas.

A atividade cotidiana da pesquisa mostrou que essa prática de trabalho contribuiu para o processo de formação acadêmico-profissional, demarcando no fazer pesquisa a formação da professora pesquisadora, como é o caso da bolsista. Acrescenta-se a isso que, na vivência do trabalho da pesquisa, foi possível também descobrir rumos para uma formação prospectiva, possibilitando a identificação do interesse pela continuidade do estudo.

Laço social e psicose: estratégias para a clínica antimanicomial no campo da assistência à saúde mental

Equipe

Professor(es):

Prof^ª. Andréa Máris Campos Guerra (Coordenação;
FUMEC/FUNADESP)

Estudante(s):

Carlos André Moreira da Silva (ProPIC/FUMEC)

Thiago Pinto Corrêa Sarkis (ProPIC/FUMEC)

Fabiana Caires Chaia

Fernanda Moreira Elias

Palavras-chave

Saúde mental, psicose, estabilização, obra.

Metodologia e principais resultados

Partimos do contexto reformado da saúde mental no Brasil, que vem sofrendo modificações estruturais desde o final da década de setenta. Atualmente, consolidado o paradigma antimanicomial e estabelecidos princípios para a clínica ampliada na rede aberta, fortalecem-se as questões concernentes à inserção social. Daí, propusemos uma investigação sobre a possibilidade de o sujeito psicótico encontrar, por meio da criação

artística, uma saída ou solução que lhe permita (r)estabelecer enlaçamentos sociais e simbólicos com o mundo, encontrando pontos de estabilização. Buscamos extrair elementos capazes de contribuir para a elaboração de estratégias clínicas inclusivas na assistência à saúde mental. Metodologicamente, delineamos a investigação sobre o seguinte tripé: pesquisa teórica, pesquisa documental e estudo de caso. Respeitados os critérios estabelecidos, quais sejam, tratar-se de diagnóstico de psicose com solução construída pela via da obra e de haver acessibilidade à obra produzida, elegemos o Profeta Gentileza como caso a ser estudado. Trata-se de figura lendária, que viveu pregando pelas ruas do Rio de Janeiro, da década de 60 à de 90, pintando nos muros do Viaduto do Caju mensagens que traduziam sua missão de ensinar o perdão e mostrar o caminho da verdade aos homens, por meio de escrita com símbolos e grafia inéditos e particulares. Sua obra tornou-se patrimônio cultural do Rio de Janeiro. Mas, ao contrário do que propúnhamos investigar em nossa hipótese inicial, a obra aqui não era a via primordial da estabilização. Em seu trabalho de contorno do excesso pulsional, a obra assumiu para Gentileza uma função necessária, mas vinculada ao trabalho delirante. Tendo recebido, em 1961, o "aviso astral de Deus de que no dia seguinte - três confirmações - eu tinha que deixar todos meus afazeres materiais do mundo para cumprir o espiritual na Terra, que eu deveria vir como São José, representar Jesus de Nazaré na Terra, perdoar toda a humanidade, ensinar a perdoar uns aos outros, e mostrar o caminho da verdade que é nosso Pai, fazer o ensinamento de Jesus na Terra" (GUELMAN, 1999), José Dadrino abandona tudo. Passa alguns anos viajando pelo Brasil em pregações e, finalmente, na década de 80, inicia o trabalho de escrita no viaduto. Parece-nos que a obra, operando pela ausência de sentido, possibilitou a fixação do gozo pela letra, como corolário à metáfora delirante "Profeta Gentileza", que fundou uma nova inscrição subjetiva para José. Gentileza dá um destino estético ao excesso de gozo na conclusão da metáfora delirante, permitindo uma saída que prescinde do ato. Do excesso que restou intraduzível sob a forma de gozo, pregou e transformou a paisagem urbana com uma obra de grandes proporções,

para a divulgação de sua mensagem, reensinando aos técnicos da saúde mental a necessidade de acompanhar o estilo do sujeito na sua tentativa de cura e localizar seus movimentos e pontos de não-retorno, como forma de sustentar um campo de endereçamento capaz de operar como destinatário, de funcionar como substrato de linguagem dessa escrita inconsciente. Nesse sentido, a construção do caso clínico, como estratégia de provocação e sustentação de movimentos do sujeito diante do campo do Outro, se torna fundamental.

A doença mental e o crime: incidências do ato, da palavra e da transferência

Equipe

Professor(es):

Prof. Sérgio Laia (Coordenação; FUMEC)

Estudante(s):

Andreza Lagares Ribeiro (ProPIC/FUMEC)

Carolina França Richard Carvalhaes (ProPIC/FUMEC)

Flávia Cristina Soares (ProPIC/FUMEC)

Fernanda Steinmetz Almeida (FAPEMIG)

Objetivos específicos

a) Recolher e analisar dados empíricos em que doença mental e o crime se presentificam. Avaliar em que um doente mental pode ou não ter responsabilidade subjetiva com relação a sua infração. Avaliar em que e como a essa possível responsabilidade subjetiva poderia corresponder a uma certa responsabilidade jurídica.

b) Contribuir para o encontro de soluções relativas ao tratamento psíquico e à desestigmatização social dos doentes mentais infratores.

c) Contribuir para o desenvolvimento de uma metodologia de investigação que, levando em conta a palavra do sujeito, se orienta por referenciais psicanalíticos sem deixar de visar a objetividade exigida em toda pesquisa científica.

Palavras-chave

Doença mental, palavra, culpa, imputabilidade, responsabilidade, crime, ato.

Metodologia

a) Levantamento de informações, junto ao Projeto de Atenção Interdisciplinar ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), relativas a 130 processos em que há estabelecimento de "Medida de Segurança" para psicóticos infratores.

b) Estabelecimento de uma primeira amostragem, por sorteio e por melhor adequação ao tema da pesquisa, de 25 processos. Análise criteriosa desses processos e, tendo em vista a pertinência com os objetivos da pesquisa, escolha de 6 deles para a produção dos "Estudos de Caso". Entrevistas com pacientes judiciários dos 6 processos escolhidos e com profissionais de saúde que, no PAI-PJ, no Instituto Raul Soares e no Hospital Galba Velloso acompanharam ou ainda acompanham tais casos.

c) Análise dos dados obtidos e confrontação com conceitos extraídos de uma revisão bibliográfica referente à temática desta pesquisa.

d) Redação detalhada de "Estudos de Caso", bem como de textos em que tais casos são tratados a partir de conceitos provenientes do Direito, da Psiquiatria, da Psicologia e da Psicanálise.

Principais resultados

1) O crime comporta uma dimensão simbólica para o paciente judiciário, embora pareça, em alguns casos, imotivado. Em outros termos, o crime tem, para tal infrator, o valor subjetivo de "solução". A apreensão dessa causalidade tem incidências sobre a direção do tratamento. Há, ainda, uma "lógica subjetiva" em jogo na "solução" corporificada no crime e é importante que o tratamento a considere.

2) Os efeitos do ato infrator sobre aquele que o comete variam conforme a patologia daquele que infringe a lei, bem como

conforme o que o crime visa, em cada caso, simbolizar, realizar e imajar.

3) É decisivo que, na dimensão jurídico-processual acionada a partir do crime, o paciente judiciário se pronuncie, mesmo que não se tenha, com isso, garantias de que tal acesso à palavra implique, necessariamente, uma verdadeira responsabilização subjetiva do infrato ou se concentre sobre o ato cometido.

4) Considerando a estrutura psíquica dos pacientes judiciários, bem como o modo muitas vezes trágico com que o crime se impôs às suas vidas, notou-se nem sempre foram produtivas as entrevistas realizadas, por um dos integrantes de nossa equipe, com os pacientes. Por outro lado, o contato com o material clínico proveniente das entrevistas com profissionais responsáveis pelos casos demonstrou-se muito profícuo. Avaliou-se, então, que o conceito de transferência - formulado por Freud para apreender o investimento subjetivo e libidinal que um paciente endereça a seu analista - não deixa de ser importante também para a condução das entrevistas e o recolhimento de dados. Assim, ao contrário do que se sustenta em uma perspectiva de cunho mais positivista, uma certa proximidade, um tempo de contato entre o entrevistado e o entrevistador ou mesmo, em alguns casos, uma concentração maior nos dados oriundos de prontuários e/ou de entrevistas com terapeutas de pacientes judiciários foram fundamentais para os resultados obtidos nesta pesquisa.



RESUMO DAS PESQUISAS



F E A

FACULDADE DE
ENGENHARIA E
ARQUITETURA

Simulacrum: Vazios urbanos institucionais atípicos rearquitetados

Equipe

Professor(es):

Prof. Joel Campolina (Coordenação; FUMEC/FUNADESP)

Estudante(s):

Ricardo Ferreira da Costa Ramos (ProPIC/FUMEC)

Karina Andrade Macedo (ProPIC/FUMEC)

Objetivos

Demonstrar que a simulação de uma solução arquitetônica específica, quando fundamentada na pesquisa sistemática e análise de potencialidades de uso e ocupação do solo, mapeamento de fatores restritivos, características geomorfológicas, estruturas ambientais intervenientes e demandas sociais preexistentes nas áreas de influência imediata, é fator necessário e suficiente para recomendar e determinar a viabilidade da revitalização sustentável de vazios urbanos institucionais atípicos, abandonados ou subutilizados no contexto do município de Belo Horizonte.

Palavras-Chave

Arquitetura, urbanismo, sustentabilidade, revitalização, simulação.

Metodologia

Os trabalhos se desdobraram em quatro etapas de aproximações sucessivas.

Na escala do município de Belo Horizonte, foi mapeada a rede de propriedades da COPASA-MG, notadamente aquelas utilizadas como suporte para oito dos principais reservatórios urbanos de armazenamento e distribuição de água potável. Essas áreas, por estarem localizadas em zonas de grande atratividade urbana, ficam sujeitas a constantes pressões da sociedade para agregação de novos usos, ou então submetidas a processos de ocupação ilegal. Ainda assim, continuam a ser tradicionalmente consideradas áreas de segurança e acesso restrito, gerando bolsões de vazios intraurbanos subutilizados, parcialmente abandonados ou simplesmente considerados inviáveis para outros usos agregados.

Na escala dos bairros, foram levantados os condicionantes da legislação de uso e ocupação do solo, padrões de acessibilidade viária, tipologias da ocupação lindeira já consolidada ou tendências estabelecidas.

Três bolsões foram selecionados por suas especificidades: o do reservatório do Cruzeiro (vazio, vizinho ao campus 1 da FUMEC); o do reservatório do Morro Redondo (vazio, vizinho ao Bairro Belvedere e à favela do Morro Santa Lúcia) - ambos por serem áreas subpotenciadas, em processo de degradação, cuja hipótese de revitalização apresenta especial interesse para as comunidades interagentes; e o do reservatório da Rua Carangola, por se tratar de um exemplo de coexistência viável entre a função original (reservatório) e funções administrativas e operacionais diversas, agregadas pela própria COPASA-MG.

Na escala específica de cada bolsão, foram analisados aspectos da geomorfologia específica, interferências infra-estruturais e cobertura vegetal, efetuadas inspeções locais e registros fotográficos sistemáticos.

Uma simulação projetual aplicada foi elaborada para o bolsão do reservatório do Cruzeiro, por suas características e possibilidades de interação direta com a estrutura preexistente do campus 1 da FUMEC, justificando a contrapartida do patrocínio da manutenção e preservação do parque do reservatório.

Estudos de referenciais foram efetivados, analisando procedimentos similares adotados em outros países na promoção de transformações urbanas, visando à requalificação de áreas vazias atípicas abandonadas ou degradadas.

Resultados Obtidos

O resultado atingido possibilitou demonstrar - por meio da simulação projetual fundamentada, a ser apresentada através de elementos gráficos elucidativos, modelos digitais, maquete física de massa, etc - que será possível anexar um núcleo edificado da ordem de 2.500 m², garantindo uma resolução arquitetônica harmônica e coerente com a preservação das escalas e estrutura ambiental existentes (parque), ao mesmo tempo requalificando o trecho do terreno abandonado e em processo de degradação (bolsão vazio atípico interno), escolhido para a implantação da nova edificação. Esse núcleo abrigará espaços destinados a uma primeira unidade incubadora de empresas da FUMEC. Isso possibilitará atender à demanda latente da comunidade estudantil e da população vizinha, no que se refere a incentivos para o desenvolvimento de habilitações profissionalizantes e de pequenos negócios. Prevêem-se também laboratórios de marcenaria, cerâmica e informática, salas para cursos de extensão, etc.

Certamente, a formulação do conteúdo funcional definitivo a ser adotado passará pela aprovação das instâncias decisórias da instituição promotora.



Glossário crítico de elementos da arquitetura de Belo Horizonte

Equipe

Professor(es):

Prof^a. Silke Kapp (Coordenação; FUMEC/FUNADESP)

Estudante(s):

Rafael Zaramela Lopes (ProPIC/FUMEC)

Fábio Guimarães Silveira (ProPIC/FUMEC)

Felipe Maia Stamato (Monitor /FEA)

Fernando Raposo de Aquino (Monitor /FEA)

Objetivos

A tradição de tratados dedicados aos elementos da arquitetura remonta ao humanismo renascentista, à redescoberta de Vitruvius e à difusão do repertório clássico. Até o século XIX, são inúmeros os textos que abordam sistematicamente as ordens arquitetônicas, os princípios de geometria e perspectiva, a ornamentação e, de modo geral, a ordenação do universo visível. De outro lado, a partir da tradição prática dos canteiros de obra, surgem, no século XVIII, os manuais para construtores, dedicados especificamente à tecnologia e aos processos construtivos. Apenas em fins do século XIX e com o Movimento Moderno, essas vertentes tendem a se fundir numa nova forma: as obras de consulta com modelos de dimensões, funcionamento, uso, fluxos, etc. *A Arte de Projetar em Arquitetura*, de Ernst Neufert, é o livro do ramo mais vendido no século XX.

A pesquisa *Glossário Crítico de Elementos da Arquitetura de Belo Horizonte* parte do reconhecimento das tradições de manuais arquitetônicos, mas também da sugestão de um novo formato. Analisam-se situações problemáticas não mais para oferecer soluções, mas para explicitar perguntas e promover a reflexão a seu respeito; e não mais com o intuito universal, mas na perspectiva de um contexto geográfico, cultural, histórico e social específico. O objetivo é uma coletânea de verbetes com análises críticas, comparativas e interpretativas de um conjunto selecionado de elementos recorrentes da arquitetura de Belo Horizonte. Tal coletânea deve ser desenvolvida paulatinamente, sendo que a presente pesquisa representa seu passo inicial.

Palavras-chave

Análise crítica da arquitetura, história da arquitetura, Belo Horizonte, material formal.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica e estudos de caso

Principais resultados

Foi elaborado um formato para os verbetes e sua apresentação em meio eletrônico. Cada verbete contém: definição do objeto em linguagem de dicionário; croqui que apresenta a situação de forma crítica, quase caricatural, e que serve como ícone do verbete; análise do pano de fundo sociocultural do tema no contexto da cidade; análise do pano de fundo arquitetônico do tema, rastreando-se a proveniência das soluções mais comuns; análise da evolução da legislação pertinente; desenvolvimento (variando conforme as especificidades do tema); comentário crítico final. Desenhos técnicos e analíticos, assim como fotografias de exemplos e referências arquitetônicas pertinentes à análise, são inseridos em todos os itens.

Foram selecionados e estudados os verbetes intitulados (em ordem alfabética): "Apropriação doméstica do moderno";

“Bandejas e torres”; “Esquinas agudas”; “Guaritas de 6 m²”; “Implantação em aclives e declives”; “Implantação junto a edifícios tombados”; “Linguagens publicitárias na Arquitetura”; “Lotes profundos”; “Praças no trânsito”; “Uso comercial de antigas casas”; “Vistas das ruas”.

Tornou-se evidente que as estratégias de projeto (arquitetônico e urbanístico) de Belo Horizonte estão atreladas a modelos reproduzidos de forma pouco refletida e que tendem a sedimentar-se também no imaginário da população. Nem sempre esses modelos são capazes de responder às demandas específicas da cidade, nos aspectos topográfico, ambiental, funcional, técnico, social ou simbólico. Evidenciou-se também que, nos projetos de escala relativamente reduzida, as medidas “estetizantes”, que amenizam contradições, prevalecem sobre as tentativas de evidenciar tais contradições ou até de solucioná-las.

O Ensino do Design e Estratégias Cognitivas

Equipe

Professor(es):

Prof. José Alberto Nemer (Coordenação; FUMEC/
FUNADESP)

Estudante(s):

Mariana Lessa Ladeira (ProPIC/FUMEC)

Como parte da grade curricular criada para o curso de Design da FEA/FUMEC, implantado em agosto de 2001, o Núcleo de Experimentação se propõe a ser um espaço experimental. Nele, o aluno pode exercitar sua criatividade de maneira mais livre, sem a rigidez de um conteúdo programático linear e cumulativo *a priori*. A dinâmica da disciplina tem início a partir de estímulos lançados pelos professores e cujas respostas, por parte do aluno, podem revelar e desenvolver envolvimento dialético e ação criativa.

Ministrada por dois outros professores, o Núcleo de Experimentação I cumpriu perfeitamente sua função, trazendo a estimulante inquietação artística e o exercício de invenção por parte dos alunos. Ao se implantar o Núcleo de Experimentação II, com dois outros professores, um novo programa foi criado. De comum entre eles, há a inequívoca proposta de ser um espaço de estímulo às experiências de criação fora dos parâmetros das

disciplinas convencionais. De diferente, há uma estrutura dentro da qual o aluno vivencia três etapas da criação: identificação e transposição do real, a relação entre o real e o imaginário e, por fim, a concretização do imaginário. O conteúdo deste programa, sua implantação e seus resultados constituem exatamente o objeto desta pesquisa.

O primeiro desafio que se coloca para a criação de um programa livre são os parâmetros dessa liberdade e o conceito que a rege. O Núcleo de Experimentação II, apesar de se manter como espaço livre, buscou evitar certos efeitos negativos colaterais, como a instalação de um território indefinido, a esperar do aluno aquilo que, por imaturidade natural, ele ainda não poderia dar. Um outro desafio é o de se evitar a permissividade irrefletida, cujo antídoto é infundir no aluno a responsabilidade pelo próprio experimento e estimular a reflexão sobre seus resultados. A conexão entre causa e efeito, ou seja, entre a consciência do ato de criar e o olhar crítico sobre o que se faz, talvez seja o que há de melhor, ainda que pareça subliminar, no método implantado. A ênfase deve ser dada ao acompanhamento individual, sem generalizações possíveis. Enfim, por mais livre que o Núcleo fosse, ele não poderia perder a oportunidade de tomar a si o dever pedagógico de preencher, com o rigor possível, as muitas lacunas culturais e históricas que assolam hoje as últimas gerações de jovens universitários brasileiros.

O programa do Núcleo de Experimentação II quis ainda aproveitar a oportunidade para colocar o aluno em contato com outras criações em Design, objetos que foram criados ao longo do tempo e que, de uma forma ou de outra, habitaram o nosso dia-a-dia. O principal objetivo dessa seleção de objetos é o de subverter o torpor visual no qual vive o nosso olhar cotidiano e propor ao aluno um olhar renovado, aguçado e analítico sobre um objeto à primeira vista banal. No bojo desse exercício do olhar, métodos técnicos de observação, abordagem e expressão vão sendo passados.

Os objetos selecionados no início do curso fazem ainda o papel de tema que, uma vez eleito, o aluno se serve para desenvolver seu trabalho ao longo do semestre, submetendo-o às diferentes fases propostas no programa. Numa visão retrospecti-

va, o que se vê no final do curso nada mais é do que uma releitura criativa do objeto escolhido no início, a construção concreta de um novo objeto, plasmado a partir da aventura da observação e da invenção.

Uma vez assimilado visual e tecnicamente o objeto, parte-se do pressuposto de que ele se torna familiar e impregnado de conhecimento. É o momento de deixá-lo. Não de abandoná-lo completamente, mas de exercitar, a partir dele, a imaginação. Trata-se de um exercício lúdico de abstração, mas ao mesmo tempo de visualização criativa. Esta é uma forma de se libertar do objeto no sentido mais concreto do termo, dos condicionamentos técnicos que, até aqui, impuseram ao aluno o domínio rigoroso do olhar sobre o objeto e sua expressão através do desenho.

Tem início, a partir daí, a terceira fase do programa. É um momento em que o aluno, depois de conhecer o objeto-tema em seus múltiplos meandros estruturais e de fazer uma incursão nas possibilidades imaginárias que dele depreendem, parte agora para a criação propriamente dita. Contando com estudos preliminares sobre papel, no qual ele é levado a praticar a projeção espacial e as soluções técnicas, o aluno vislumbra agora a criação de um objeto imaginário tridimensional, inspirado no objeto-tema, seu ponto de partida. Conclui-se, assim, o ciclo real/imaginário/real-imaginário.



RESUMO DAS PESQUISAS
.....
INTERDISCIPLINARES

Mensuração e gestão de qualidade de serviços e satisfação de clientes

Equipe

Professor(es):

Prof. Cid Gonçalves Filho (Coordenação; FUMEC/FUNADESP)

Prof^a. Renata Souza Guerra (FUMEC/FUNADESP)

Estudante(s):

Willian Tadeu Rodrigues (ProPIC/FUMEC)

Diogo de Azevedo Rocha (ProPIC/FUMEC)

Raphael de Souza Cezar (ProPIC/FUMEC)

Lucas Beraldo Soares (ProPIC/FUMEC)

Objetivos

O impacto da satisfação de clientes nos resultados das empresas, bem como na sua competitividade e na do país, tem sido foco de estudos em quase todo o mundo. Especialmente na Europa e nos Estados Unidos, esses trabalhos têm se intensificado, observando-se principalmente o de Fornell, Johson, Anderson, Cha e Bryant (1996), que propuseram o ACSI - American National Customer Satisfaction Index. Visando testar os modelos de medição de satisfação e a cadeia nomológica desse construto, com lealdade, expectativas, valor e qualidade, percebida em instituições de ensino superior, foi elaborado este trabalho de pesquisa.

Palavras-chave

Satisfação, ensino superior, qualidade, *marketing* de serviços.

Metodologia

O projeto foi executado por meio de uma fase exploratória, que, através de revisão de literatura, grupo de foco e painel de especialistas, culminou na elaboração de instrumento de coleta, que utilizou escalas semânticas diferenciadas e coleta via Internet. Com 604 respondentes, e após verificação de confiabilidade e validade das medições, bem como vieses de respostas na amostra, os dados foram analisados utilizando-se equações estruturais.

Principais resultados

Uma análise inicial do modelo, sob a ótica dos antecedentes da satisfação, leva-nos a observar que a qualidade percebida ($b=0,54$) e o valor ($b=0,39$) são os construtos que têm maior impacto sobre a satisfação. Por outro lado, a expectativa não teve impacto significativo sobre a satisfação. Esses resultados também foram encontrados de forma similar em alguns setores da economia por Fornell et al. (1996). E levantam uma discussão sobre a teoria da desconfirmação das expectativas e resultados, de OLIVER (1997).

Já no que se refere ao impacto da satisfação sobre a propensão à lealdade, o b de 0,88 demonstra a importância da satisfação para a obtenção da lealdade. Essa medição está em sintonia com grande parte das pesquisas realizadas, tais como a de VEIGA (2002), e demonstra que a satisfação continua sendo uma grande arma para obtenção da lealdade. SASSER et. al. (2000) argumentam que, na atualidade, em mercados altamente competitivos, alta satisfação apresenta baixa relação com lealdade, sendo que os clientes mudam de fornecedor com foco em preço, tecnologia, marca e outros elementos.

Por outro lado, observa-se que a expectativa apresenta impacto positivo moderado com a qualidade ($b=0,37$), e esse fato

pode estar relacionado com questões de medição pós-fato.

Gerencialmente, a princípio há de se convir que medir e gerir a satisfação dos alunos é elemento fundamental para que se obtenha lealdade e elementos conseqüentes, tais como propaganda boca a boca e indicação, já que o impacto da satisfação na lealdade verificado empiricamente no trabalho é muito alto. Por outro lado, se a instituição de ensino objetiva satisfação, ela deve investir na qualidade e no valor. A visão somente da qualidade; com desatrelamento de custos como componente do valor percebido, não é possível, já que o peso do valor da satisfação é significativo.

Observa-se também que as expectativas apresentam-se mais significativas na avaliação da qualidade do que na da satisfação, permitindo, portanto, supor que, mesmo com expectativas maiores ou menores, é possível gerar satisfação ou insatisfação no aluno, lembrando-se que o processo de uso e consumo do serviço é longo (quatro anos de curso, em média), podendo ocorrer um desatrelamento das expectativas com a avaliação de satisfação.

Cidades na cidade

Equipe

Professor(es):

Prof. Carlos M. Teixeira (Coordenação; FUMEC/
FUNADESP)

Prof^ª. Renata Marquez (FUMEC/FUNADESP)

Estudante(s):

Elenir Pereira (ProPIC/FUMEC)

Felipe Barros (ProPIC/FUMEC)

Lisiane de Mello (ProPIC/FUMEC)

Braná Carvalhaes (Monitor FEA; ProPIC/FUMEC)

Palavras-chave

Favela, operação urbana, mercado imobiliário, meio ambiente, espaços públicos.

Metodologia

Etapa 1 - Estudo, discussão e produção de textos a partir da bibliografia selecionada referente à metrópole atual;

Etapa 2 - Análise das formas contemporâneas de intervenção em favelas, por meio da leitura da bibliografia e entrevistas com profissionais ligados aos casos em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro (favela-bairro);

Etapa 3 - Seleção de uma área de fronteira em favelas de Belo Horizonte;

Etapa 4 - Coleta de dados técnicos e fragmentos do lugar: levantamento fotográfico, consulta a mapas municipais, aerofotos, jornais locais, associações de bairro, população local, etc;

Etapa 5 - Confeção de um mapeamento subjetivo das favelas escolhidas e de suas zonas de fronteira (mapas com representação referente ao espaço experimentado, vivido, em oposição à representação esquemática dos mapas técnicos);

Etapa 6 - Pesquisa de situação do mercado imobiliário, oferta de aluguéis, trânsito, acessos e qualidade geral das cercanias das favelas escolhidas;

Etapa 7 - Definição dos critérios da contrapartida entre as duas partes envolvidas (comunidade e setor privado);

Etapa 8 - Divisão dos alunos em quatro projetos temáticos.

Introdução e resumo da pesquisa

Textos escritos por arquitetos sobre a parte informal das cidades em geral são descritivos, técnicos e corretos. Produzidos dentro da inércia do mundo da arquitetura, são textos que não acompanham a rapidez dos acontecimentos. *Cidades na cidade* é como uma reportagem sobre as favelas e as construtoras, um apanhado das coisas desconcatenadas que estão a nossa volta, feito sem distância histórica, sem um tempo que nos dê melhor distanciamento crítico. Como uma tentativa imediata de processar informações, de costurar dados capazes de traduzir a realidade da cidade, aqui e agora.

A pesquisa assume uma estratégia que se caracteriza pela aproximação de dois extremos que se repelem. O primeiro - o dos produtores da cidade, dos incorporadores, das construtoras, das imobiliárias e das grandes empresas - é o lado que "nós" conhecemos e que, tradicionalmente, não está diretamente ligado às favelas. É aquele da produção dos prédios, das forças que determinam as inclusões e exclusões urbanas, o lado mercantilista, sempre ignorado pelos que anseiam melhorar os problemas sociais urbanos. O outro lado são as favelas em si.

Escolhidas para investigarmos melhor a fronteira entre essas duas cidades, entre o formal e o informal, elas não entram como um setor marginalizado ou excêntrico, mas como parte indissociável de um todo e que só pode ser estudada em conjunto com os protagonistas da produção da cidade.

Os objetivos específicos baseiam-se nas potencialidades específicas da cidade fragmentada - repartida entre condomínios e favelas, o "asfalto" e a clandestinidade -, vista de forma simultânea. Ora, os programas praticados de intervenção pública em favelas, por mais ambiciosos que sejam, não são suficientes para remediar o problema da imensa parcela de favelados das cidades brasileiras. Sabe-se que o processo de favelização se tornou grande demais para ser resolvido por uma, duas ou três administrações municipais, e por isso urge a concepção de novas formas de intervenção na cidade informal.

No fluxo da aproximação radical entre condomínios e favelas, podem estar escondidas alternativas para o orçamento limitado das grandes cidades. Hoje, os favelados são detentores de grandes áreas para especulação. Se para a iniciativa privada fossem cedidos terrenos hoje ocupados pela favela, mecanismos de contrapartida entre construtoras e favelas gerariam projetos que englobariam moradores "inimigos". Em princípio, a estratégia que testamos é simples: empresários e favelados conciliando soluções possíveis, terrenos para prédios em troca de intervenções sociais arquitetônicas na favela. Ou seja, condomínios e favelas sendo contemplados num mesmo projeto.

Principais resultados

A dissertação começa com um clássico resumo das visões sobre a favela ao longo do século XX, para, em seguida, apresentar o conceito contemporâneo de favela no Brasil, seguido de referências de sociólogos, artistas e cineastas, vistas em tom de revista no mesmo capítulo, item "Notas sobre a cidade atual". O capítulo seguinte apresenta os instrumentos legais vigentes que empregamos para testar essa abordagem híbrida na prática, a saber, a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, o Plano Global Específico da favela escolhida, e prin-

principalmente a Operação Urbana Integrada (instrumento disponibilizado pelo Plano Diretor de BH e, mais recentemente, pelo Estatuto da Cidade). No restante da pesquisa, documentos e análises sobre a favela escolhida (Vila JK) e seu entorno são acompanhados de memoriais e mapeamentos sobre os projetos que encerram o trabalho.

Dicionário de termos artísticos e de design

Equipe

Professor(es):

Prof^ª. Cristina Ávila (Coordenação; FUMEC/FUNADESP)

Prof^ª. Fernanda Loureiro (FUMEC/FUNADESP)

Prof. Eliseu de Rezende

Estudante(s):

Valéria Chistina P. Costa Bouzada (ProPIC/FUMEC)

Flávia Pentagna Guimarães Costa (ProPIC/FUMEC)

Eliane de Ávila Rajão (ProPIC/FUMEC)

Elizabeth Maria de Alvarenga Aguiar (ProPIC/FUMEC)

Introdução

Desde os mais remotos tempos, o homem registra sua história por meio de signos lingüísticos e imagens. A relação entre textos e imagens visuais é parte da tradição artística e da produção de objetos pelo homem.

O signo grafado e a imagem iconografada são sinais da presença de uma cultura, mediação da correspondência humana com a natureza. Vale dizer que, no esquema mental das origens, a expressão toma a forma de uma mensagem grafada, movimento reflexo da comunicação gestual, a mão tornando-se órgão detector e operador de sinais, em suma, instrumento da produção de objetos utilitários e estéticos.

O *design* e as artes visuais se multiplicaram em diversas

manifestações interligadas, relacionadas indiretamente às perspectivas portuguesas da colonização, à Igreja Tridentina e ao Estado Absolutista. Essas se referem, no entanto, mais diretamente à tipicidade da formação social da Capitania Mineira. O isolamento do litoral e a sede de enriquecimento fácil desenvolveram uma sociedade de características mais urbanas, na qual vilas e lugarejos possuíam vida própria, distantes que estavam do Reino.

A organização da população por meio de Irmandades e Ordens Terceiras se faz como que resultante da segregação racial da sociedade. Existiam irmandades de negros, brancos e mestiços, que competiam entre si religiosa e esteticamente. Por meio dessas instituições religiosas leigas consolidam-se o imaginário popular e toda uma variedade de temas sacros cultivados em Minas Gerais.

Primeira etapa do trabalho - a ordem iconográfica

O trabalho que desenvolvemos primeiro visa à identificação da temática religiosa e mítica freqüente na produção do sermônário e da iconografia da época – notadamente visíveis em forros pintados, cartelas, ilustrações de livros e missais, além da imaginária escultórica e cenas parietais –, a partir de pressupostos teóricos relacionados ao estudo comparativo da linguagem plástica e do *design*.

Enfocamos assim o imaginário religioso popular e seus sinais com base em fontes primárias – edições príncipes dos sermões mineiros e obras de uso litúrgico encontradas em bibliotecas eclesíásticas e em arquivos e bibliotecas brasileiros e portugueses. Essa proliferação de imagens pode ser vista não apenas em folhas de rosto de livros manuscritos, como também em livros impressos. Trazemos aqui um exemplar encontrado na biblioteca do antigo Colégio Caraça, usado como modelo caligráfico de teor didático e que pode ter circulado entre artistas, copistas e iluminadores, além de apresentar números e fórmulas de como se aprende a contar.

Apoio teórico das primeiras fases e revisão bibliográfica

O programa iconográfico nas artes visuais sempre se apoiou, como se deduz do que deixamos exposto na introdução, no sentido da imagem, que tem em seu caráter de representatividade o seu valor, dizendo ou revelando alguma coisa, ou muitas coisas, na maior parte das vezes de forma oculta ou misteriosa.

Como exemplo das primeiras manifestações do uso de termos do *design* na vida cotidiana brasileira e mineira, temos obviamente o barroco, e foi este o ponto de partida para a configuração dos primeiros verbetes. O retábulo da capela-mor da Catedral de Mariana é exemplo dessa exuberância barroca. O excesso de elementos plásticos nos faz ter uma visão a princípio pesada, sem diferenciação, sem unidades plásticas específicas. É como se fosse um amontoado de formas que compõem um conjunto unitário, único, de claridade relativa, sem contornos que distingam os ornamentos, as imagens e os adereços sacros. Para perceber a configuração dos elementos, é preciso um olhar paciente, que possa passear tranqüilamente pelos detalhes.

O trabalho prático, metodologia e alcance da pesquisa

Com base em todas as noções teóricas que se referem à criação de um repertório de imagens, figuras e objetos, desde o início da formação cultural brasileira, partimos primeiro de termos ligados a fontes históricas remotas, no caso o barroco e a iconografia.

Em seguida, partimos para a desvinculação e relação de termos básicos para a compreensão didática da matéria, abordando três campos específicos de trabalho: produto, interiores e arte.

As primeiras dificuldades que se apresentaram foram o enorme repertório de vocabulário usado para definição de conceitos e a interligação desses conceitos a outras disciplinas, especialmente a arquitetura. Muitos desses vocábulos migra-

ram da arquitetura para as artes aplicadas, no caso o *designer* de interiores, da mesma forma que a arquitetura, após a Segunda Revolução Industrial, começou a tratar de termos próprios da confecção de produtos, para não falarmos do ponto de vista artístico. Optamos, portanto, em manter o uso dos termos, mesmo em suas inter-relações ou sistemas polissêmicos semióticos, para facilitar o uso do dicionário nas disciplinas teóricas às quais ele se propõe.

Usamos, portanto, a seguinte metodologia prática:

1. Estudo teórico do tema nas vertentes eruditas dos significados do visual e de programas iconográficos
2. Identificação de termos, a princípio sem relação com conceituação
3. Início de pesquisa em dicionários antigos e modernos, conforme a bibliografia a seguir, distinguindo a primeira tradição iconográfica brasileira e o estudo de significação religiosa
4. Primeira redação de verbetes direcionados aos temas propostos – listagem de materiais modernos não encontrados em glossários por nós pesquisados, especialmente aqueles ligados à confecção de produtos
5. Ilustração dos verbetes, para clareamento de idéias
6. Elaboração de banco de dados a partir de temas e de uso do sistema de glossário tradicional por ordem alfabética

Infelizmente, o tempo proposto para a pesquisa se mostrou insuficiente, como já prevíamos, e fomos obrigados a interromper o processo. Ficaram faltando algumas etapas significativas, tais como:

1. Redação final de verbetes
2. Estudo fotográfico de objetos relacionados a esses verbetes
3. Revisão do estudo introdutório e definições relacionadas à ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)
4. Convite a profissionais de alto nível e reconhecimento profissional para redação de verbetes conceituais, a exemplo, na área de artes, do prof. Nelson Aguilar, da Universidade de Campinas (convite já aceito), para redigir o verbete de arte contemporânea, e de Affonso Ávila (convite aceito), maior especia-

lista do barroco no Brasil, para redigir o verbete do termo – outros profissionais serão convidados para a definição dos verbetes conceituais de produto e de interiores

Conclusão

A cada dia, em nossa atividade didática, sentimos a necessidade de um dicionário amplo, para uso didático e profissional, esclarecedor de termos e conceitos e definidor de uma linguagem específica sobre o tema.

PROMOÇÃO



FUMEC

PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
COMISSÃO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA (COPIC)

ISBN 85-88228-05-X



9 788588 228054